

GT-123



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Trabalho de Licenciatura

**Alterações urbanas no espaço do  
Bairro Polana Caniço "A"**

**David Leonel Malauene**

Maputo, Novembro de 2005

GT-123

# Alterações urbanas no espaço do Bairro Polana Caniço "A"

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para  
obtenção do grau de Licenciatura em Geografia, orientação em Cartografia e  
Sistema Informação Geográfica, na Universidade Eduardo Mondlane  
por **David Leonel Malauene**

Universidade Eduardo Mondlane  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Departamento de Geografia

Supervisor: **Dra. Ximena Andrade**

Maputo, Novembro de 2005

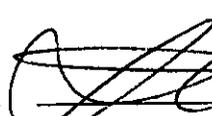
U.E.M. - F.L.C.S.	
R. E.	31507
DATA	14 / 07 / 06
AQUISIÇÃO	Oferta
COTA	HT-123

O Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente



\_\_\_\_ / 2005

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e ela constitui o resultado da minha investigação pessoal.

David L. Malauene

(David Leonel Malauene)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais:

Vitória D. N. Malauene e Bernardo F. G. Malauene

e irmãos:

Nelson, Leopoldina, Bernardino e Heitor Malauene.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me abençoou e iluminou durante o longo período de formação e aos docentes, colegas, familiares e amigos que me apoiaram a enfrentar os desafios do curso.

O meu especial agradecimento é direccionado a minha supervisora, Doutora Ximena Andrade, pela paciência e compreensão no acompanhamento do trabalho.

O meu muito obrigado vai também ao dr. Elmer Matos pelo apoio técnico e aos meus amigos dr. Sabilo, dr. Apolinário Malawene, dra. Vanessa Lopes e Amida Mussa, pela troca de bibliografias e fotografias aéreas.

Ao Dr. Gomes e a dra. Mirza Muchanga que fizeram a revisão linguística.

E a todos que prestaram seus valiosos depoimentos, sem os quais não seria possível efectuar o estudo, particularmente à secretária do bairro e seu adjunto, ao Sr. Ribeiro, ao Sr Fortunato, ao Sr. Painho e aos administradores dos condomínios.

## ABREVIATURAS

APIE	Administração do Parque Imobiliário do Estado
Av.	Avenida
DINAGECA	Direcção Nacional de Geografia e Cadastro
DCU	Direcção de Construção e Urbanização
DU	Distrito Urbano
E	Este
EP1	Escola Primária do Primeiro Grau
EP2	Escola Primária do Segundo Grau
ESG	Ensino Secundário Geral
FAPF	Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico
FLCS	Faculdade de Letras e Ciências Sociais
GD	Grupo Dinamizador
GIS	Sistema de Informação Geográfica ( <i>Geographical Information System</i> )
GPS	Sistema de Posicionamento Global ( <i>Global Position System</i> )
ha	Hectares
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPF	Instituto Nacional de Planeamento Físico
km	Quilómetros
m	Metro
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
PCA	Polana Caniço "A"
PROL	Projecto de Reestruturação dos Órgãos Locais
PT	Poste de Transformação de Energia Eléctrica
R.	Rua
S	Sul
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UTM	Universal Transverse Mercator

## RESUMO

O trabalho que ora se apresenta, tem como objectivo central analisar o contexto de surgimento de uma área ocupada por pessoas de renda elevada, no bairro suburbano Polana Caniço "A", e as suas implicações a nível urbano e social.

A metodologia seguida para realização do estudo consistiu em enquadramento teórico, observação directa, realização de entrevistas a informadores-chave e interpretação (visual e digital) de fotografias aéreas e imagens de satélite.

O estudo mostra as diferentes fases e processos de ocupação do solo do bairro, que se sintetizam em três grandes períodos que se reflectem no espaço: o primeiro está relacionado ao surgimento do bairro, o segundo ao reassentamento (nele) de população retirada do núcleo central da Cidade de Maputo e o terceiro à ocupação de uma área do bairro por pessoas de renda elevada. Esta última área é constituída por edificios com estilos e técnica de construção modernos e os seus residentes possuem um estatuto social superior em relação aos antigos residentes. Esta população considera-se residente do Bairro "Sommersfield II" – bairro vizinho localizado no núcleo central da cidade.

## ÍNDICE

Declaração .....	ii
Dedicatória .....	iii
Agradecimentos .....	iv
Abreviaturas .....	v
Resumo .....	vi
<b>CAPITULO I – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
I.1. Objectivos .....	2
I.2. Pressupostos .....	2
I.3. Metodologia .....	3
<b>CAPITULO II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPITULO III – ÁREA DE ESTUDO .....</b>	<b>16</b>
III.1. Localização geográfica .....	16
III.2. População .....	17
<b>CAPITULO IV – PROCESSO DE URBANIZAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
IV.1. Surgimento do bairro .....	18
IV.2. Reassentamento da população do núcleo central .....	21
IV.3. Surgimento da área de elite .....	22
<b>CAPITULO V – SERVIÇOS URBANOS .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPITULO VI – ÁREA DE ELITE .....</b>	<b>31</b>
VI.1. Características sócio-económicas .....	31
VI.2. Problemas urbanos .....	32
VI.2.1 Tendências futuras .....	34
VI.3 Impactos sociais .....	35
VI.3.1 Retirada de população .....	35
VI.3.2 Relacionamento com vizinhos .....	36
<b>CAPITULO VII – CONCLUSÃO .....</b>	<b>39</b>
Bibliografia .....	41

## ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

### Índice de tabelas

Tabela 1. Evolução da população na Cidade de Maputo .....	9
Tabela 2. Distribuição de residências na área de elite .....	31

### Índice de figuras

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo .....	16
Figura 2. Mapa de anéis de urbanização .....	18
Figura 3. Mapa de uso actual do solo .....	26
Figura 4. Mapa de distância a percorrer entre dois vizinhos .....	33

### Índice de gráficos

Gráfico 1. Comparação de casos de cólera por bairro .....	27
---	----

## LISTA DE ANEXOS

### **Anexo 1. Guiões de entrevista**

1. Guião de entrevista para Secretária do bairro e Chefes de Quarteirões
2. Guião de entrevista para residentes do bairro
3. Guião de entrevista para DCU
4. Guião de entrevista para população retirada do bairro PCA
5. Guião de entrevista para líderes de condomínios

### **Anexo 2. Fotografias aéreas e imagens de satélite**

1. Fotografia aérea de 1991 (1:10.000)
2. Fotografia aérea de 1997 (1:7.500)
3. Fotografia aérea de 2001 (1:6.000)
4. Anéis de urbanização
5. Imagem de satélite legendada, de 2003 (1m)

### **Anexo 3. Fotografias**

1. Saneamento do meio – Área de elite
2. Saneamento do meio – Resto do Bairro
3. Actividades económicas desenvolvidas no bairro
4. Área de elite e contrastes urbanos

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

A transição urbana iniciou na Europa, durante a Revolução Industrial, e repercutiu-se por todo o mundo. Hoje, as cidades constituem pólos de atracção de investimento e de população, sendo por isso, objecto de estudo de diferentes ciências.

A geografia urbana interessa-se pelo estudo do padrão urbano contemporâneo e na maneira como a distribuição e os arranjos internos das cidades se modificam ao longo do tempo.

Em Moçambique, assim como em muitos outros países da África Subsahariana, a urbanização resultou de um processo alógeno, em que os interesses da economia de enclave da metrópole colonial decidiam e impunham a localização das cidades e das actividades económicas. A ausência de eficientes políticas de desenvolvimento urbano no pós-independência faz com que as cidades moçambicanas continuem com a configuração colonial.

Tal como acontecia no tempo colonial, a área localizada a Sul do Bairro Polana Caniço "A" tem-se revelado reserva de espaço à expansão da "cidade de cimento". Desde a década 90 tem-se construído vivendas luxuosas, que fazem do local uma autêntica área de elite.

Araújo (1999) faz referencia ao local como o caso mais flagrante e aberrante de substituição de habitações (e famílias) modestas por novas edificações que não obedecem a nenhum ordenamento. "Neste contexto, torna-se pertinente estudar o processo de transformação parcial do bairro em área de elite e as implicações que daí advém.

O estudo comporta sete (7) capítulos, em que no primeiro se apresenta a introdução, os objectivos e a metodologia. O segundo é constituído pela revisão bibliográfica do marco conceptual, de conceitos conexos e do processo de urbanização no mundo, destacando a Cidade de Maputo. O terceiro apresenta a localização da área de estudo e o quarto descreve o processo de urbanização nele ocorrido e a consequente diferenciação espacial. O quinto mostra as diferenças no acesso a serviços e no sexto faz-se alguma consideração sobre a área de elite. No sétimo capítulo constam as conclusões do estudo.

## I.1. OBJECTIVOS

Com este estudo pretende-se como objectivo central analisar as transformações urbanas ocorridas no Bairro Polana Caniço "A".

Para tal, definem-se como específicos os objectivos de estudar e analisar:

- O processo de ocupação do solo do bairro e o contexto de surgimento de uma área ocupada por pessoas de renda elevada;
- As diferenças territoriais no acesso a serviços urbanos pelos diferentes grupos sociais existentes no bairro;
- A substituição do "caniço" pelo "cimento", e as suas implicações a nível da paisagem urbana.

## I.2. PRESSUPOSTOS

- A degradação do núcleo central da cidade e a especulação fundiária fazem com que os residentes das classes media e alta construam vivendas em áreas suburbanas ou periféricas;
- A ocupação dos bairros suburbanos por pessoas de renda elevada muitas vezes é acompanhada pelo desalojamento de alguns residentes de renda baixa;
- Quando a ocupação do solo urbano ocorre de forma espontânea, raras vezes é acompanhada de um ordenamento urbano e, conseqüentemente, não se construí infra-estruturas de saneamento e viárias;

### I.3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica da pesquisa consistiu na combinação de diferentes métodos e técnicas de recolha, análise e interpretação de dados, agrupadas em três etapas, nalguns casos desenvolvidas concomitantemente.

A *1ª etapa* consistiu na revisão da literatura referente à urbanização e às diferentes alterações que ocorrem na ocupação do espaço urbano, a nível global e local. Nesta etapa, também se deu ênfase às técnicas de observação indirecta, entrevistas informais e interpretação de mapas, fotografias aéreas e imagens de satélite.

Esta etapa revelou-se importante para obtenção de informação básica que serviu de suporte para esclarecimento de conteúdos, consolidação de conceitos e formulação de premissas.

A *2ª etapa* consistiu na recolha de dados primários, por meio de observação directa e realização de entrevistas informais e semi-estruturadas a diversos informadores-chave (população local e estruturas de quarteirão, de bairro e de município – vide guiões em anexo 1).

Para entrevistar a população local seleccionou-se 10 agregados, ao acaso, nos anéis 1a, 1b, 1c e 2 que vão ser descritos mais adiante. Nos agregados seleccionados entrevistou-se um residente indicado pelo agregado, com idade superior a 18 anos, sem distinção de sexo ou raça.

Na área de elite seleccionou-se as 68 casas habitadas localizadas fora de condomínios (anel 3a), administradores dos 6 condomínios existentes (anel 3b) e líder de uma comissão de moradores. A escolha de todas as residências da área de elite teve em vista fazer tratamento estatístico da informação. Dada a indisponibilidade de grande parte dos residentes também entrevistou-se empregados domésticos. Nos condomínios entrevistou-se apenas os administradores devido à falta de autorização para fazer entrevistas aos agregados familiares residentes.

A realização das últimas entrevistas foi antecedida por delimitação e representação cartográfica das áreas relativamente homogéneas. A delimitação da área de elite teve em conta a existência de moradias do tipo uni-familiar com mais de um piso.

Durante o trabalho de campo também tirou-se fotografias e fez-se levantamento de coordenadas de alguns locais de interesse para o estudo, usando o receptor do sistema de posicionamento global (GPS) Garmen 12.

A 3ª *etapa* reservou-se à descodificação, análise, confrontação e interpretação dos dados obtidos e posterior elaboração do relatório. Aqui aplicaram-se os métodos descritivo (para caracterização da área), de análise de conteúdo (para confrontar diferentes opiniões) e cartográfico (para representação dos fenómenos no espaço). O método cartográfico revelou-se importante para o cálculo de áreas e distâncias, e para melhor compreensão do processo de urbanização no espaço e no tempo, através da interpretação (visual e digital) de fotografias aéreas de 1991, 1997 e 2001 e de uma imagem de satélite (IKONOS, 10 x 10km) de 2003 – vide anexo 2. As fotografias aéreas encontram-se na escala original de 1:10.000, 1:7.500 e 1:6.000, respectivamente, e a imagem de satélite tem a resolução de 1m.

Os mapas produzidos foram elaborados com auxílio do *software* de sistema de informação geográfica (GIS) ArcView, V.3.2. usando as referencias: elipsóide - WGS 48; projecção - UTM; meridiano de origem - 33° Este de Greenwich; factor de escala na origem - 0,996; base de dados - Mapeamento Rápido de 5 Cidades, PROL (1997).

## CAPÍTULO II

### REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*“Os geógrafos urbanos estão interessados em identificar e explicar a distribuição das cidades e as semelhanças e contrastes que ocorrem dentro e entre elas. Eles estão interessados no estudo do padrão urbano contemporâneo e nas maneiras como a distribuição e os arranjos internos das cidades se modificam ao longo do tempo. O foco em geografia urbana, dirige-se à compreensão daqueles processos sociais, económicos e ambientais que determinam a localização, o arranjo espacial e a evolução dos lugares urbanos” (Brito et all, 1991:106)*

No trecho acima existem dois grandes conceitos, “cidade” e “urbano”, cujas definições claras e universais suscitam inúmeras dificuldades, pelo que cada país adopta a sua usando critérios diversos. Dentro de cada um, a diversidade de parâmetros é grande, o que conduz a dificuldade de comparação das cidades em diferentes países.

Garrido & Costa (1996:38) definem cidade como *“aglomerado populacional de grande dimensão e com uma população heterogénea (diferentes origens, profissões...), dependente do exterior em produtos alimentares e fornecedor de bens e serviços à área envolvente”*. Estes autores procuram dar uma definição abrangente, todavia, é ambígua em alguns aspectos, por exemplo, quando é que se considera um aglomerado de grande?

Olhando ao contexto moçambicano, Araújo (1997:53) refere que a cidade surge quando há *“passagem de uma actividade fundamentalmente agrícola para uma situação em que o assentamento humano se afirma como lugar de mercado e de organização da produção”*. Nestas condições *“a cidade é, por natureza, centripeta, pois é o lugar que estrutura, coordena e organiza os vários campos de actividade que se encontram no interior de si própria”*. Os autores acima analisados concordam que a cidade tem fortes relações de controlo e orientação com o mundo exterior.

A cidade está no centro da definição do espaço urbano, o que faz com que, muitas vezes estes se confundam, apesar do conceito de urbano extravasar o de cidade (Araújo, 1997).

Vários autores (George, 1974; Beaujeu-Garnier, 1983; Jones, 1990) convergem em três indicadores para a definição do espaço urbano: número de habitantes,

organização administrativa e principal actividade económica da população residente. Apesar de comumente usados, estes critérios também têm as suas limitações, por exemplo, um povoado numericamente pequeno pode ter diversas características urbanas, mas não ser assim considerado dado o número reduzido de habitantes enquanto um povoado numericamente grande pode ser tido como aldeia, por ter grande percentagem de agricultores (Fernando, 1996).

Ajustando ao contexto moçambicano, Araújo (1997:22) define como urbanos aos "*aglomerados populacionais com 10.000 e mais habitantes, cuja actividade económica principal não pertença ao sector agrícola, e com uma infra-estrutura sócio-económica considerada mínima*". Em termos oficiais considera-se população urbana aos indivíduos residentes nos limites administrativos das 23 cidades e 68 vilas (INE, 1999).

A urbanização inclui, na óptica de McGee (1994), citado por Araújo (1997), três componentes importantes: a demográfica, a económica e a social. As questões económicas e sociais são importantes, mas a dimensão demográfica é crucial.

Em 1950, 29.3% da população mundial vivia em áreas urbanas, cifra que aumentou para 44.8% em 1994, e estima-se que alcançará 61% em 2025 (Jelin, 1998).

Comparando o progresso das cidades em diferentes regiões, Turcato (1999:34) afirma ser "*comum dizer-se que as cidades europeias marcaram o século XIX, as cidades de betão armado e arranha-céus de América marcaram o século XX e as aparentes desordenadas urbanizações do 3º mundo irão marcar o século XXI*". Isto porque a transição urbana teve sua génese entre 1815 e 1915, como resultado da Revolução Industrial que envolveu cerca de 100 milhões de pessoas na Europa e na América do Norte. Nos países em desenvolvimento, considera-se que a transição começou no início da década 90 e se prolongará até ao ano 2005 envolvendo uma população 10 vezes superior (cerca de 1 bilião de pessoas) à que foi abrangida pelo mesmo processo nos países desenvolvidos (Araújo, 1997).

A diferença de origem, época e população abrangida pela urbanização entre os países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento faz com que os segundos (particularmente a África Subahariana), em comparação com os primeiros, tenham as seguintes limitações: (i) ocorre numa época de acentuada globalização, onde se

registra uma competição extremamente forte e o acesso ao crédito e ao mercado internacional é complexo; (ii) há muita população desempregada ou envolvida em actividades informais caracterizadas por fraca produtividade e baixos rendimentos; (iii) o crescimento natural é muito elevado e não é acompanhado pelo desenvolvimento e transformações económicas necessárias ao melhoramento da qualidade de vida urbana; e (iv) a possibilidade de migração da população urbana, para outros países, é diminuta (Araújo, 1997).

Se por um lado o estágio actual da urbanização na África Subsaariana é marcado pela implosão urbana com conseqüente degradação de infra-estruturas e serviços, em alguns países desenvolvidos se observa uma tendência inversa. A expansão dos progressos nas comunicações e o acesso às novas tecnologias atraem população ao meio rural nos Estados Unidos, em alguns países europeus e no Japão, o que origina suburbana (Jelin, 1998).

Voltando ao contexto africano, verifica-se que a urbanização também ocorreu em épocas diferentes. O fenómeno urbano em Moçambique iniciou mais tarde que em outros países do continente. Em 1960, o nível de urbanização do país estava ao redor de 4%, o equivalente à sétima parte (1/7) dos países menos desenvolvidos e, dentre estes, a média de África (18,3%) superava em 4,5 vezes a de Moçambique e a da América Latina (41,6%) em 12 vezes. Nessa década (de 60) a população urbana, em Moçambique, teve um crescimento lento, mas, mais tarde, o ritmo veio a ser muito acelerado, o que fez com que em 1990 atingisse 26,8%, estando muito próximo da média de África (32,0%) (Ibraimo, 1994).

Se se analisar apenas a capital do país, a Cidade de Maputo (em que se insere a unidade geográfica abrangida pelo presente estudo), verifica-se que a urbanização em Moçambique é deveras complexa e sofre influências estruturais e conjunturais.

A antiga povoação com função de entreposto comercial colonial, Lourenço Marques, foi elevada à vila e, pouco depois, à cidade, em 1887, (Oppenheimer & Raposo, 2002). O desenvolvimento da cidade esteve ligado à sua localização favorável às ligações ferroviárias e marítimas e ao desenvolvimento do "hinterland" (Muchangos, 1994).

A urbanização no período colonial caracterizou-se por duas fases: a primeira condicionada pela “economia de enclave<sup>1</sup>” baseada nos serviços portuários; e a segunda pela dinamização da economia ferro portuária e incremento da produção industrial, após a segunda guerra mundial (Ibraimo, 1994).

A primeira fase iniciou a um ritmo lento, na década 30. Nesta fase, a cidade estruturava-se da maneira seguinte (Ibraimo, 1994):

- A “cidade de cimento<sup>2</sup>” (bairros da Baixa, Alto Maé, Ponta Vermelha e Polana) apresentava características de “cidades europeias” em termos de morfologia urbana com alto nível de serviços e infra-estrutura, desde o tipo de construção até a técnica arquitectónica.
- A “cidade de caniço<sup>3</sup>” (bairros de Xipamanine, Munhuana e Lagoas), com tipologia de construção precária, maioritariamente insalubre e sujeita a aluvionamento, era habitada maioritariamente por população negra e os precários serviços urbanos abrangiam apenas a uma minoria.

Nas décadas seguintes o ritmo de crescimento da população urbana ia aumentando, particularmente nos bairros suburbanos que aumentou de 4,3% para 8,2% nas décadas de 40 e 50, respectivamente. Nesta última década, a taxa de crescimento da população suburbana quase que duplicou a do núcleo central (4.4%) (Ibraimo, 1994).

Na década 60 iniciou-se a urbanização e densificação dos bairros da Sommershield e outros periféricos. Dada a demanda de espaço causado pelo aumento da “população branca”, a “cidade de cimento” alastrou-se sobre o “caniço”, o que implicou a expulsão de seus residentes para áreas mais afastadas do centro (Ibraimo, 1994).

Foi nesta década que a cidade registou o maior crescimento relativo de habitantes. De 1960 a 1970 a população aumentou em cerca de 112% e cresceu a uma taxa média anual de 7,8%, conforme indica a tabela a seguir (Muanamoha, 2002).

---

<sup>1</sup> Por “economia de enclave”, entende-se àquela em que um único território e sector de actividade se torna hegemónico, e por isso não há dinamização dos outros locais e sectores de actividade, não obstante, importantes na vida económica (Ibraimo, 1994:36, citando Oliveira, 1987).

<sup>2</sup> No período em análise (época colonial) usava-se a expressão “cidade de cimento” para designar bairros urbanos.

<sup>3</sup> A expressão “cidade de caniço” é usada para fazer referência a bairros suburbanos.

Tabela 1 — Evolução da população na Cidade de Maputo

Ano	População	Variação absoluta	Variação relativa (%)	Taxa média de crescimento anual (%)
1960	178.565	-----	-----	----
1970	378.348	199.783	111,9	7,8
1980	537.394	159.046	42,0	3,6
1991	871.776	334.382	62,2	4,5
1997	966.837	95.061	10,9	1,7
1980 - 1997	-----	429.443	79,9	3,5

Fonte: Muanamoha, 2002:14

A expansão da cidade, nessa época (década 60), foi consequência (i) da abertura de novos postos de trabalho resultantes do desenvolvimento industrial da Matola e Machava; (ii) do crescimento do sector terciário (comércio, transportes, educação, saúde); e (iii) da integração da população local na economia de mercado, aquando da abolição do trabalho forçado, em 1961 (Oppenheimer & Raposo, 2002).

Em 1975, o país tornou-se independente e a maior parte da população portuguesa abandonou a cidade (particularmente o núcleo central). As habitações desocupadas foram nacionalizadas e administradas pela Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) que arrendou à população moçambicana, às empresas e às embaixadas. Assim, os prédios passaram a ser habitados por “*milhares de africanos dos subúrbios e das zonas rurais*”. A passagem dos edifícios para controle directo do então governo socialista pôs fim à especulação fundiária (Ibraimo, 1994; Oppenheimer & Raposo, 2002:16).

Durante os primeiros anos de independência, a gestão da cidade era feita a nível do quarteirão<sup>4</sup> e havia controle da área habitacional. Os serviços de limpeza da cidade eram prestados pela população em troca de um cupão que permitia adquirir todo o tipo de bens, desde o vestuário e o calçado até aos próprios alimentos (Ibraimo, 1994). Os movimentos da população para fora do distrito de residência eram controlados a nível do bairro, pelo Grupo Dinamizador, através do sistema de “guia de marcha”, que indicava o destino, o motivo e a duração (Oppenheimer & Raposo, 2002).

<sup>4</sup> O quarteirão, unidade administrativa mais pequena em vigor no país, possuía um responsável sob tutela das instituições da cidade e do governo do único partido político na altura existente no país, o partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) (Oppenheimer & Raposo, 2002).

Depois de um curto período de recuperação económica no pós-independência, de 1977 a 1981, assiste-se a um recuo drástico da economia moçambicana (idem).

Dada essa conjuntura, de 1977 a 1987, “a organização da população em quarteirão, para manter cidade e educá-la na vida urbana” foi debilitando-se, uma vez que as instituições titulares não podiam sustentar o incentivo do qual se baseava a organização (Ibraimo, 1994:47). Assim, as residências, os serviços e as infra-estruturas foram se deteriorando e a migração às cidades atingiu ritmos imprevisíveis e difíceis de controlar (Ibraimo, 1994).

Uma vez chegadas a Maputo, as milhares de famílias procuravam refúgio no centro da cidade, junto de familiares já residentes, ou ocupavam tudo que era espaço “vago” na área suburbana e periférica (Araújo, 1999). Entre as causas da migração rural-urbano destaca-se: (i) o agravamento das condições de vida no meio rural, (ii) a intensificação e alastramento da guerra civil a todo o território rural e (iii) as calamidades naturais cíclicas (Ibraimo, 1994).

Para responder à crise económica atrás mencionada, o Governo mudou radicalmente de política, em 1987, ao aprovar o Programa de Reajustamento Estrutural (PRE), com apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM)<sup>5</sup>. Com esta política económica, os principais problemas da cidade passaram a ser resolvidos pela força do mercado. A retirada dos subsídios, tanto aos serviços como aos agregados familiares, contribuiu para que se intensificasse a degradação da cidade e da condição de vida de seus moradores (Ibraimo, 1994). Os problemas urbanos de Maputo tornaram-se assunto de debate a vários níveis a partir da década 90. Ao falar das cidades moçambicanas no período pós independência, Araújo (2003:180 e 181) considera que:

*... em menos de 5 anos [após à independência], duplicaram-se várias vezes a população, sem que isso fosse acompanhado por novos investimentos em infra-estruturas, pela construção residencial definitiva e qualquer forma de planeamento urbano. Mesmo que se tivesse essa intenção, a dimensão e o ritmo dessa “explosão” não teriam dado tempo suficiente para os desenhar. Isto levou a expansão dos bairros de caniço, espontâneos, desordenados e sem qualquer tipo de infra-estruturas básicas. Além disso, os bairros de cimento, com uma população muito superior e diferente daquela para a qual foram construídos, entraram em rápida degradação habitacional e, fundamentalmente, dos serviços básicos... Esta situação marcou, e ainda*

<sup>5</sup> A adopção do PRE implicou a mudança de modelo de desenvolvimento socialista para modelo capitalista

*marca, as cidades moçambicanas...". "Foi neste período que explodiram as atividades informais, como única alternativa de sobrevivência para uma grande maioria dos recém-chegados".*

Com a "requalificação urbana"<sup>6</sup> de 1986, a Cidade de Maputo adquiriu três realidades diferentes do ponto de vista urbano, demográfico e social (Araújo, 1999; 2002; 2003:169):

- "bairros urbanos" (também designados "cidade de cimento" ou "núcleo da cidade"): de desenvolvimento vertical; planejados; e com infra-estruturas e serviços, ainda que degradados.
- "bairros suburbanos" (conhecidos por "cidade de caniço"): de desenvolvimento horizontal; não planejados; de construção espontânea; e de material precário, que tende a ser substituído por construções definitivas.
- "bairros periurbanos" (resultantes da expansão da cidade): as características rurais residenciais, produtivas e sócio-culturais se mantêm ainda muito vivas, mas onde começam a surgir espaços urbanizados de classes economicamente mais favorecidas que ocupam o solo e afastam a população mais pobre já ali residente.

A separação entre os três espaços (urbano, suburbano e periurbano) não é estática e definitiva (Araújo, 1999). Note-se que no tempo colonial as casas de alvenaria eram raras na "cidade de caniço" por interdição da administração que pretendia evitar a fixação definitiva de mão-de-obra africana por forma a permitir a expansão da "cidade de cimento". Depois da independência, dada a incapacidade de fazer planos de urbanização, continuou a proibir-se a construção em materiais permanentes, mas desde final da década 80 e sobretudo depois do Acordo Geral de Paz de 1992, muitas casas de caniço dos bairros mais próximos do centro têm vindo progressivamente a ser transformadas ou substituídas por casas de alvenaria (Oppenheimer & Raposo, 2002:37). Estas alterações, aliadas à melhorias ou criação de algumas infra-estruturas ou serviços públicos, faz com que os bairros periurbanos e suburbanos ganhem, progressivamente, algumas características dos bairros urbanos.

---

<sup>6</sup> Reclassificação urbana consiste no aumento, por decreto, da área das cidades, alterando os seus limites administrativos com o argumento de que a cidade necessita de novas áreas de expansão (Araújo, 2003). Em 1986 o governo fez requalificação das cidades moçambicanas, anexando áreas do espaço circundante, que foram subtraídas dos distritos vizinhos.

Este processo é complexo porque por vezes uma parte dos anteriores residentes são obrigados a deslocar-se para outros locais, para ceder o seu espaço aos novos residentes que, com muito maior poder económico, constroem vivendas luxuosas. De acordo com Araújo (1999), os dois casos mais flagrantes e aberrantes desta situação estão a ocorrer nos bairros da Polana Caniço “A” e Costa do Sol.

*“No primeiro destes bairros estão a surgir dezenas de vivendas unifamiliares luxuosas, normalmente de dois pisos, que não obedecem a nenhum ordenamento, sem que se tenham construído infra-estruturas de saneamento e viárias. As centenas de famílias de trabalhadores de fracos rendimentos que aqui viviam há, pelo menos, uma geração, foram deslocadas par*

*a outras áreas da cidade, com piores condições das que aqui possuíam”*  
Araújo (1999:179).

Este processo, de substituição de moradores por outros com maior estatuto sócio-económico, actualmente tem recebido a designação de “gentrificação”. Esta expressão foi usada pela primeira vez em 1964 pela britânica Ruth Glass, no seu trabalho sobre mudanças urbanas ocorridas em Londres, para referir-se à ocupação de bairros populares londrinos pela “gentry”, a classe média-alta inglesa, que desalojava os antigos moradores e reabilitava as vivendas, comércio, equipamentos e serviços dos centros urbanos (Bataller, 2000).

Actualmente, a palavra “gentrificação” é usada por vários autores que, por vezes, a definem de maneiras diferentes, consoante as particularidades locais e o desenvolvimento, tanto empírico como teórico, do conceito.

Haine (2005) considera gentrificação ao

*“processo mediante o qual um bairro de classe operária, que sofreu uma situação prévia de abandono e degradação, vive um processo de revalorização, que implica a expulsão de seus habitantes tradicionais por habitantes de classe média alta”.*

Para Bataller (2000) gentrificação “consiste numa série de melhorias materiais ou imateriais – económicas, sociais e culturais – que têm lugar em centros urbanos velhos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu estatuto”.

Este conceito aparece, inclusive, no *Diccionario de geografia urbana, urbanismo y ordenación del territorio* que o define como “processo que designa a

*recuperação de alguns centros urbanos por classes mais favorecidas (gentry), depois de sua reabilitação urbanística e arquitectónica” (Herrera, 2001).*

Alguns autores usam outros termos para fazer referência ao mesmo fenómeno: “elitização residencial”, “reconquista urbana”, “aburguesamento”, “requalificação social”, “brownstoning” e “whitepainting” (Bataller, 2000; Herrera, 2001).

Monreal (1996), por exemplo, usou a expressão “elitização residencial” referindo-se a “*penetração de capital comercial e de serviços de classes médias em espaços urbanos antes ocupados por comunidades de sectores populares*” (Herrera, 2001).

Qualquer que seja a definição, há que ter em conta que o modelo de gentrificação de áreas centrais, iniciado em países industrializados, tem adquirido novos alcances ao relacionar tais processos com a reorganização sócio-económica do espaço em diferentes locais do globo. Actualmente, tem se aplicado também à periferia e à área rural (Bataller, 2000; Ferreira, 2000).

O comum entre os diversos autores é que todos consideram que a gentrificação acontece quando há permuta de moradores (a nível de algumas residências ou todo um bairro ou cidade) por outros, com maior rendimento, que criam algumas remodelações, pelo menos ao nível das residências. Assim, o requisito fundamental do gentrificador<sup>7</sup> é o poder em pagar muito mais, por uma residência e serviços básicos, do que os anteriores inquilinos ou proprietários (Haine, 2005).

Este processo pode ocorrer de forma espontânea ou planificada e é acompanhado por intervenções do sector privado (entidades financiadoras, agências imobiliárias) e público (governos estatais regionais ou locais). Os mecanismos de intervenção estatal são os mais importantes para incentivar ou proibir a gentrificação, através da promoção de bairros ou áreas susceptíveis de gentrificar (por exemplo, qualificando-as como “património nacional” ou “histórico”); oferta de benefícios fiscais para a sua reabilitação; injeção de fundos públicos para melhoria dos serviços das áreas seleccionadas; intervenções dirigidas a proprietários para reabilitar ou vender suas propriedades; criar incentivos a saída da população por gentrificar; requalificação do solo; etc. (Bataller, 2000).

---

<sup>7</sup> Bataller (2000) considera “gentrificador” aos novos ocupantes das residências, com maiores possibilidades que os anteriores (gentrificados).

As técnicas e procedimentos empregados para estudar a gentrificação têm se sistematizado ao longo do tempo. Os estudos dos anos 70 pretendiam elucidar a origem do processo e descrever suas tendências gerais. Na actualidade a atenção centra-se em analisar como se desenvolve em cada caso particular. Deste modo, tem se delimitado cada vez mais a área de estudo. Dependendo do objectivo de pesquisa (obter informação detalhada ou discutir tendências gerais?) não só se estudam bairros de uma cidade como também se pesquisam casas delimitadas. O debate actual centra-se no processo através do qual se manifesta, e as variáveis a ter em conta em sua investigação (Bataller, 2000).

A publicação *Geographical Abstracts – Human Geography* (Norwich, 1989) identificou 79 referências sobre gentrificação, das quais aproximadamente metade está relacionada com as cidades europeias e a outra metade com as norte-americanas. Fora deste âmbito, existem poucas referências de estudos feitos em Austrália, Japão, Coreia, Israel e Cidade do Cabo, na África do Sul (Bataller, 2000). Analogamente, o endereço de Internet [www.neighbourhoodcentre.org.uk](http://www.neighbourhoodcentre.org.uk) fez levantamento de 84 publicações sobre gentrificação, dos quais apenas uma se refere à cidade africana, concretamente no Bairro Woodstock da Cidade do Cabo, na África do Sul.

Como acção, a gentrificação é anterior ao surgimento da palavra, porém, a visão actual supera a clássica pelo dinamismo que o conceito tomou.

Apesar de não existirem estudos sobre gentrificação em Moçambique, verifica-se que alguns autores fazem alusão à troca de moradores por outros, com maior capacidade financeira, em diferentes épocas e locais.

Atrás, citou-se Ibraimo (1994) que afirma que durante o tempo colonial a “cidade de cimento” alastrou-se sobre o “caniço”, levando a expulsão de seus residentes para áreas mais afastadas do centro (Cf. Oppenheimer & Raposo, 2002:15).

Analisando o período pós-independência, Araújo (1999:176) diz que “o crescimento da cidade cimento faz-se à custa do espaço que é alienado ao caniço, situação ainda presente, sendo a população deste obrigada a procurar outros espaços para reedificar um novo local de residência”. O mesmo autor, numa outra obra (Araújo, 2002:9), afirma que “os terraços urbanos nos bairros periféricos são trazidos por famílias que se deslocam do centro urbano ou dos

*bairros suburbanos e que afastam as famílias rurais que lá vivem, empurrando-as para a periferia ou para fora dos limites da cidade". Este fenómeno de exclusão está a expandir-se para todos os bairros periféricos do Norte de Maputo. Numa terceira obra, o autor (Araújo, 2003:181) diz que "os grupos menos favorecidos, assim como a classe média baixa, estão a ser marginalizados e empurrados para locais onde as condições de vida não são as melhores".*

Estes pontos de vista são compartilhados por Oppenheimer & Raposo (2002:37) que fazem alusão a um "*movimento de periferização crescente dos grupos menos favorecidos, [que] alugam ou vendem as suas casas suburbanas para se instalarem em zonas ainda mais periféricas ou já nas zonas rurais*".

O Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo de 1999 prevê a "*possível mudança da tipologia habitacional na zona do Bairro Polana Caniço "A" (perto da Sommershield II) e ao longo da Av. Julius Nyerere, desde que a população ali residente opte por ser transferida*". O plano não sugere local de reassentamento da população ali residente, mas propõe que se façam estudos específicos sobre a consolidação do solo da região.

É importante reter que o processo de mudança de moradores, por outros com maiores condições sócio económicas, em Maputo, também ocorre no núcleo central (bairros urbanos). Muanamoha (2002:19) diz que o processo que ocorre em áreas periféricas é causado por pessoas que arrendam suas *flats* nos prédios da "cidade de cimento".

O caso mais notório de permuta de moradores causado com intervenção do Estado teve lugar no Prédio Cardoso, no início da década 90. Seus residentes foram tirados para bairros suburbanos (Polana Caniço "A" e Ferroviário), com apoio do Banco Mundial, para se reabilitar os prédios de origem.

Não é objectivo deste estudo definir a designação e o conceito mais apropriado para Moçambique. O que aqui se pretende é analisar o contexto de surgimento de moradias luxuosas num bairro até a pouco considerado de "caniço", o Bairro Polana Caniço "A".



De acordo com a base de dados cartográfica digital do Projecto de Reestruturação dos Órgãos Locais (PROL, 1997)<sup>8</sup>, a unidade geográfica abrangida por este estudo localiza-se no DU 3, entre os paralelos 25°55'45'' S e 25°57'00'' S e entre os meridianos 32°35'30'' E e 32°37'00'' E, cobrindo uma extensão de 227 hectares (ha).

A área de estudo abrange toda área (222ha) do Bairro Polana Caniço "A" (PCA) e cerca de 5ha do bairro da Sommershield, onde se localiza dois dos condomínios em análise no estudo.

O Bairro PCA é limitado a Norte e a Este pelo Bairro Polana Caniço "B", a Oeste pelo Bairro Maxaquene "C" e a Sul pelo Bairro Sommershield. Sommershield é o único bairro vizinho da área de estudo que se localiza no núcleo central da cidade. Os restantes são suburbanos.

### III.2. POPULACÃO

De acordo com os dados do IRGPH, o Bairro da Polana Caniço tinha 32.324 habitantes, em 1980, dos quais 17.012 pertenciam ao sexo masculino e os restantes 15.312 ao sexo feminino (INE, 1980).

De 1980 a 1987 todos bairros da cidade tiveram um crescimento populacional quase uniforme, com uma taxa na ordem de 3% anuais. De 1987 a 1997 o Bairro Polana Caniço recebeu mais população, a uma taxa de crescimento populacional de 11,3% (Muanamoha, 2002). Assim, em 1997 (após a subdivisão do bairro em Polana Caniço "A" e "B"), PCA foi o bairro com maior efectivo populacional na cidade, com 45.528 habitantes (equivalente a 4.7% da população total da cidade), sendo 22.291 homens e 23.237 mulheres (Araújo, 1999; INE, 1999).

---

<sup>8</sup> Esta base de dados foi usada também pela Direcção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA, 1998) para produção de diversas cartas da Cidade de Maputo.

## CAPÍTULO IV

### PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

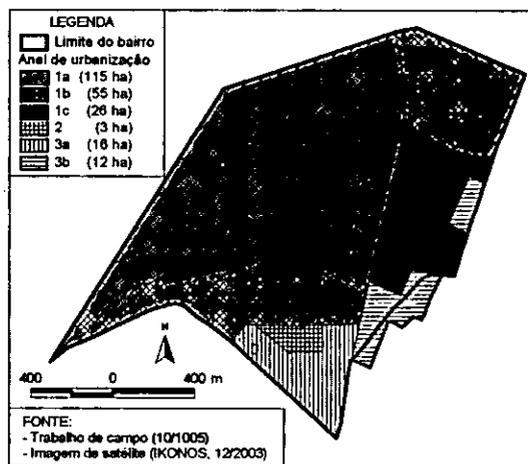
*“A urbanização está longe de conduzir a uma sociedade integrada. Os fenômenos de exclusão a que tem estado associada são visíveis quer na estrutura social e urbana, quer nos equipamentos sociais, nas infra-estruturas básicas e no tipo de habitação. Estes elementos do meio urbano ao mesmo tempo que são indicadores da qualidade do habitat e do nível de bem estar ou da ausência dele bem como das desigualdades sócio-económicas, são também reprodutoras da condição de existência”* (Oppenheimer & Raposo, 2002:26).

Apesar de recente, o Bairro PCA experimentou diferentes etapas e processos de ocupação do espaço e mobilidade de seus habitantes. Estes processos foram em grande medida influenciados por factores conjunturais adversos (guerra civil e calamidades naturais) que marcaram as décadas 80, 90 e princípios da década de 2000.

Tomando em consideração o período de fixação, o grupo envolvente, a dinâmica de ocupação do espaço e a tipologia de construção verifica-se que o bairro passou por 3 fases de ocupação do solo: a primeira está relacionada ao **surgimento do bairro**, a segunda ao **reassentamento de população retirada do núcleo central da cidade** e o terceiro a **criação da área de elite**. Estas fases transformaram a paisagem urbana de maneira

diferente, dando origem a três áreas distintas<sup>9</sup>. Dentro destas áreas é possível encontrar ainda algumas diferenças espaciais resultantes do processo de ocupação do solo. Assim, para melhor explicação do processo de ocupação do solo e da sua relação com a estruturação do espaço irá se dividir o bairro em anéis, tal como se pode observar no mapa ao lado.

Figura 2 – Mapa de anéis de urbanização



<sup>9</sup> As áreas acima descritas não são estáticas e alguns não possuem fronteiras nítidas. Por vezes é possível encontrar franjas de uma área sobre outra.

#### IV.1. SURGIMENTO DO BAIRRO

##### **Anel 1a: Área estruturada**

De acordo com alguns anciãos entrevistados, no início da década 70, a área em estudo era habitada aproximadamente uma dezena de famílias, cujas casas se dispersavam a distâncias de 500m a 1km.

De 1977 a 1979 fez-se um parcelamento exemplar nos bairros da Maxaquene e Polana Caniço (Cf. ARCADIS & JTK, 1999) em que, na área de estudo, se abriram ruas de 3m de largura separando talhões (de 10x16m) para habitação.

A partir de então o bairro passou a receber um número considerável de residentes e, em 1981, fez-se um reordenamento (Cf. Oppenheimer & Raposo, 2002) em que se abriram vias primárias (de 18 e de 12 m de largura) e secundárias (6m de largura) e se criaram infra-estruturas públicas e de lazer – assim surgiu o bairro e o primeiro anel urbano, com uma estrutura urbana minimamente definida, ocupando uma extensão de 115 hectares.

##### **Anel 1b: Primeira área de ocupação espontânea**

Em meados da década 80, a Cidade de Maputoia recebendo cada vez mais imigrantes, numa altura em que as áreas parceladas esgotavam. A velocidade de chegada de refugiados fez com que a Direcção de Construção e Urbanização (DCU) – órgão do Conselho Executivo da cidade com autonomia legal para conferir direito de ocupar e construir num lote – se revelasse incapaz de fazer parcelamentos e conferir o direito de ocupação de terrenos e os Grupos Dinamizadores (GD) passaram a ceder talhões a título provisório e sem legalidade jurídica. Os novos requerentes de terrenos solicitavam ao GD. Algum representante do GD ou o chefe do quarteirão, ou ambos, acompanhavam o requerente ao local onde este desejasse construir. Após a discussão de planos para a futura estrutura, a necessidade de evitar o impedimento de ruas públicas, etc. (Wells, 1988), mediam-se os terrenos com fita métrica e concedia-se o lote. Este processo era em alguns casos supervisionado por técnicos da DCU.

O requerente era de imediato informado que não deveria fazer construção definitiva porque só a DCU pode conferir legalmente o direito à ocupação.

Contudo, passado pouco tempo todos receavam mudar e passou-se a construir casas permanentes e por vezes “roubando” o espaço da estrada, ou seja, diminuindo o espaço da estrada para aumentar o tamanho do terreno – assim iniciou a ocupação espontânea que deu lugar ao anel 1b, cobrindo uma área de 55 hectares.

### **Anel 1c: Segunda área de ocupação espontânea**

A demanda de terra para habitação não cessou, mesmo quando já não existia local recomendado para tal. Dada a falta de espaço em finais da década 80, começou a ocupar-se tudo que se considerasse “espaço vazio<sup>10</sup>”, inclusive locais que o plano de estrutura de 1985 considera “zona verde de protecção<sup>11</sup>”, tal como é o caso das barreiras a Este da Av. Julius Nyerere.

A ocupação deste anel foi mais desorganizada que o anterior e muitas vezes sem controle das autoridades municipais ou do bairro.

O carácter espontâneo desta ocupação fez com que se destruísse bacias de drenagem natural e se eliminasse a vegetação que protegia o bairro contra erosão. Na tentativa de reduzir a magnitude desta ocupação, em finais da década 80, o Conselho Executivo plantou eucaliptos num viveiro que na área em estudo abrangeu a parte sudeste (vide fotografia aérea de 1991 em anexo 2), mas até finais de 1993 estes foram substituídos por palhotas<sup>12</sup>.

As autoridades do municipais continuam a proibir a fixar residência definitiva e a instalação dos serviços de energia eléctrica e água canalizada ou fontanários públicos, o que faz com que os residentes deste anel procurem usufruir destes serviços noutros locais ou fazendo ligações clandestinas.

Se comparadas fotografias aéreas de diferentes anos (1991, 1997 e 2001 - vide anexo 2) é possível notar que com o passar do tempo este anel tem se tornado

---

<sup>10</sup> Por “espaços vazios” entendam-se locais onde não existam infra-estruturas, ainda que sejam espaços verdes ou áreas reservadas. Durante a ocupação desses espaços houve também tentativas de construção em campos de futebol do anel 1a, o que não aconteceu dado o conflito de terra com os jovens utentes que destruíam todas palhotas que se tentou implantar nos campos.

<sup>11</sup> O Plano de Estrutura da Cidade de Maputo de 1985 considera “zona verde de protecção” às “áreas onde as condições morfológicas e o tipo de solo criam condições críticas para sua conservação...”

<sup>12</sup> Palhota consiste numa casa cujo material predominante na construção é de origem vegetal (caniço, capim, palha, palmeira, colmo, bambú, etc.) (INE, 1997).

cada vez mais desestruturado, devido (i) à já referida construção de vedação (murros) ocupando espaço das estradas e (ii) a densificação da ocupação do solo, causada por pessoas que vendem ou arrendam parte do talhão a novos ocupantes.

Na última ortofoto (de 2001) é possível identificar crateras abertas durante as cheias de 1998, cujas dimensões foram agravadas pelas chuvas torrenciais de 2000. As cheias, para além da remoção do solo, causaram problemas socio-económicos relacionados a perda de bens materiais (incluindo habitações) e de vidas humanas. De acordo com Oppenheimer & Raposo (2002), os impactos adversos da catástrofe de 2000 tiveram grande magnitude por causa da maior intensidade da chuva, aliada (i) a super ocupação do solo, sem que se tivesse criado um eficiente sistema de drenagem de águas pluviais; (ii) a lenta resposta do Município e do Governo à situação provocada pelas anteriores cheias; e (iii) a resistência da população das barreiras em mudar-se para os bairros periféricos de Zimpeto e Magoanine.

#### IV. 2. REASSENTAMENTO DE POPULAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL

Durante a ocupação de terrenos baldios, que caracterizam o anel anterior, apenas o campo de golfe e uma área com cerca de 19ha permaneceram sem ocupação do solo para fins residenciais.

A última área localiza-se a sul do bairro e esteve ocupada, de 1983 a 1986, por uma brigada móvel de artilharia anti-aérea que instalou um quartel provisório com a missão de proteger a Presidência da República contra eventuais ataques, durante a guerra civil. Após a retirada do quartel, vulgarmente conhecido por “Matendene” (nome derivado da existência de tendas), o local era temido porque haviam rumores de existência de minas – estes rumores serviram de mecanismo de proibição a ocupação espontânea.

Em finais da década 80, construiu-se uma subestação de energia a Sul da área antes ocupada pelo quartel e pouco mais tarde ocupou-se cerca de 3ha por “casas brancas”<sup>13</sup> construídas para reassentar população desalojada em alguns prédios do núcleo central da cidade, dando início ao anel 2.

---

<sup>13</sup> As casas construídas para o reassentamento da população do núcleo central foram pintadas na cor branca, sendo, por isso, conhecidas localmente por “casas brancas”

A população aqui reassentada no início da década 90 veio do Prédio Cardoso, Prédio da Marinha, Prédio ISATEX e outro prédio de nome não identificado, situado em frente ao Supermercado Luz (os dois primeiros localizam-se na Baixa da cidade e os dois últimos no Bairro da Coop). Ao sair de suas residências de proveniência, a população foi informada que a retirada seria provisória porque se pretendia fazer a reabilitação dos prédios, mas, pouco mais tarde, esta veio a saber que a saída era definitiva, a não ser que estivessem aptos a pagar um valor elevado pela reabilitação. Não estando dispostas a pagar a quantia exigida pela reabilitação dos prédios de proveniência, maior parte dos desalojados permaneceu no bairro e os que possuíam melhores condições económicas preferiram migrar de imediato para outros locais, com melhores condições habitacionais que as que ali foram oferecidas.

A chegada deste grupo ao bairro deu início a segregação, visto que estes traziam hábitos do núcleo central da cidade a um bairro suburbano, habitado maioritariamente por população recém-chegada da área rural. Esta segregação actualmente faz-se sentir apenas na qualidade de serviços – este assunto será abordado mais adiante.

#### IV.3. SURGIMENTO DA ÁREA DE ELITE

##### **Anel 3a: Vulgo “Sommersfield II”**

Em 1989, a DCU fez uma planta de atalhoamento<sup>14</sup> propondo a subdivisão da restante área da vulgo “Matendene” em 58 talhões destinados a habitação, 2 espaços verdes, uma área social e reservou-se uma área a Faculdade de Geologia da UEM.

O parcelamento da área não foi acompanhado por qualquer forma de planeamento urbano e, de acordo com alguns dos entrevistados, a cedência de um número considerável de talhões baseou-se no mercado informal de terra, relacionado a venda ilegal de terrenos, feita em conivência com alguns funcionários do conselho Municipal. Em resultado disso não se respeitou a planta de atalhoamento proposta em 1989 – durante o trabalho de campo identificou-se 152 talhões destinados a

---

<sup>14</sup> Planta de atalhoamento consiste num mapa que propõe a subdivisão de uma dada área em talhões destinados a habitação ou a outros fins.

habitação e uma área onde há um supermercado em construção. O aumento do número de talhões destinados a habitação, em relação a planta de 1989, resultou da subdivisão de alguns terrenos propostos pela planta e da cedência de terrenos em locais propostos para uso não residencial (espaços verdes, área social e a área reservada a Faculdade de Geologia da UEM).

Este anel foi ocupado por pessoas de renda elevada, dada a condição exigida pela DCU, segundo a qual só se podia construir edifícios unifamiliares com 2 pisos, o que contribuiu para selecção de pessoas com elevado poder aquisitivo. Dadas as diferenças socio-económicas os residentes deste anel não se identificam com o resto do bairro e consideram-se residentes do Bairro "Sommersshield II"<sup>15</sup>, o que veio tornar expressiva a segregação existente no bairro.

A construção dos edifícios (que actualmente variam de 2 a 4 pisos) iniciou em 1993 e, em 2002, os residentes mandaram iluminar e alcatroar as ruas públicas.

### **Anel 3b: A "era dos condomínios"**

A elevada procura de casas para aluguer e compra, por organismos internacionais, no pós guerra civil é apontada como causa do aumentado da especulação fundiária e, conseqüentemente, da maior demanda por terrenos em áreas de prestígio.

Em 1997 iniciou a construção de vivendas luxuosas numa área contigua ao anel 3a, localizada a Este da Av. Julius Nyerere, cobrindo uma extensão de 12ha, dos quais 5ha encontram-se nos limites administrativos do Bairro da Sommersshield. A área localizada no Bairro PCA (7ha)<sup>16</sup> estava ocupada por centenas de famílias de baixo rendimento, que foram indemnizadas para abandonar o bairro. As casas da população desalojada foram demolidas e em troca construiu-se 6 condomínios, com um total de 124 casas, das quais 101 estão habitadas.

A ocupação deste anel teve uma dinâmica diferente do anterior anel porque cedeu-se grande porção de terra a empresas ou conjunto de indivíduos organizados em cooperativa que construíram várias casas com vedação comum,

<sup>15</sup> Num inquérito feito por estudantes do 4º ano de geografia, citado por Araújo (1999), mais de 65% inquiridos consideraram-se residentes do Bairro Sommersshield – bairro vizinho localizado a Sul do Bairro PCA, no núcleo central da cidade. O Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo de 1999 também faz referencia ao local usando designação "Sommersshield II".

<sup>16</sup> Esta área foi ocupada por pessoas que derrubaram a vegetação que ajudava a combater a erosão pluvial das barreiras, para construir suas palhotas.

dando início à “era dos condomínios de disposição horizontal” na Cidade de Maputo. A vantagem deste anel, em relação ao anterior, é que a construção dos condomínios foi antecedida da criação de infra-estruturas de saneamento, viárias e outras. A planificação destas infra-estruturas de uso comum nos condomínios contribuiu para que as mesmas (infra-estruturas) se tornassem mais abrangentes e eficientes, todavia, algumas, tal como é o caso do saneamento, estão dependentes do mundo exterior.

## CAPÍTULO V

### SERVIÇOS URBANOS<sup>17</sup>

*“... o fornecimento dos serviços [privados] não é universal, havendo uma diferença espacial no fornecimento destes serviços de acordo com o poder de compra dos munícipes. Esta forma de gerir os serviços, que tem beneficiado uma classe e tornando a outra sem o benefício destes serviços tem criado a territorialização dos municípios em termos de serviços urbanos” (Matos, 2005:12).*

As três áreas descritas no capítulo IV apresentam diferenças significativas em termos de disponibilidade de serviços urbanos.

#### Primeira área (anéis 1a, 1b e 1c)

O primeiro anel (1a) concentra maior parte das infra-estruturas do bairro, contando actualmente com algumas igrejas, 4 creches, 3 escolas (duas com EPI e EP2 e uma que inclui o 1º ciclo do ESG), 2 campos de futebol, 1 mercado e duas áreas comerciais com lojas, pensões, padarias, etc. (vide figura 3). Os residentes desta área recorrem às infra-estruturas do primeiro anel e, na insuficiência destas, dirigem-se a bairros suburbanos vizinhos localizados a Norte, Este e Oeste e em alguns casos a serviços urbanos da Escola Primária da Coop, Centro de Saúde da Polana Cimento e Hospital Central de Maputo, nos bairros da Coop, Sommershield e Polana Cimento B, respectivamente.

- O fornecimento de água canalizada, energia eléctrica e telefonia fixa apresenta as deficiências comuns aos bairros suburbanos da cidade: têm abrangência muito restrita; estão sujeitos a constantes avarias/cortes; e existem ligações clandestinas que danificam ainda mais o sistema. Os residentes sem energia eléctrica fazem contractos informais de fornecimento com vizinhos ou usam combustíveis fosseis (petróleo, carvão e lenha). Os agregados familiares que não têm acesso (legal ou

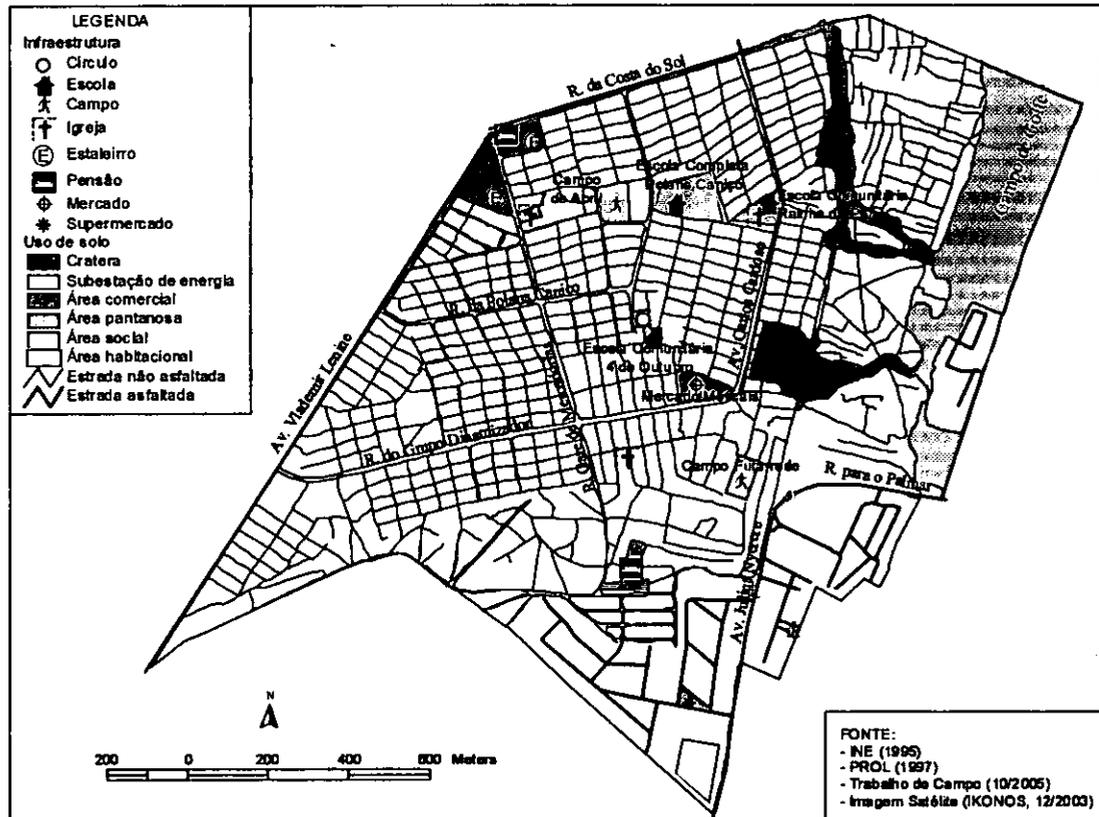
---

<sup>17</sup> Na análise dos serviços básicos serão considerados o acesso/qualidade da água potável, da energia eléctrica, da rede de telefonia fixa, da educação da saúde, da iluminação pública, das vias de comunicação e do saneamento do meio (sistema de drenagem de águas pluviais e tratamento de águas residuais e resíduos sólidos).

Na abordagem deste capítulo, sempre que possível irá se ignorar as variações internas existentes em cada uma das três grandes áreas.

clandestino) à água canalizada recorrem a fontanários públicos, a poços ou a vizinhos com água canalizada, que vendem ao preço de 500,00mt por lata.

Figura 3 – Mapa de uso actual do solo



Algumas vias públicas primárias e secundárias estão asfaltadas e beneficiam de iluminação pública. As vias não pavimentadas são arenosas de difícil transitabilidade e estão sujeitas a erosão na época chuvosa, dada a falta de sistema de drenagem de águas pluviais.

\* A recolha de resíduos sólidos desta área é feita apenas por escassos “*tchovas xitadumas*” privados que cobram 5 mil meticais pelo serviço. Grande parte dos agregados não está em condições de pagar pelo serviço e enterra o lixo no quintal ou amontoa em algumas esquinas, em crateras abertas pela erosão ou em valas de drenagem.

O sistema de drenagem de águas pluviais é constituído por valas a céu aberto em forma de “v” e restringe-se as bermas das ruas pavimentadas. Algumas crateras abertas pelas cheias de 2000 foram revestidas por gaviões em forma de “u”,

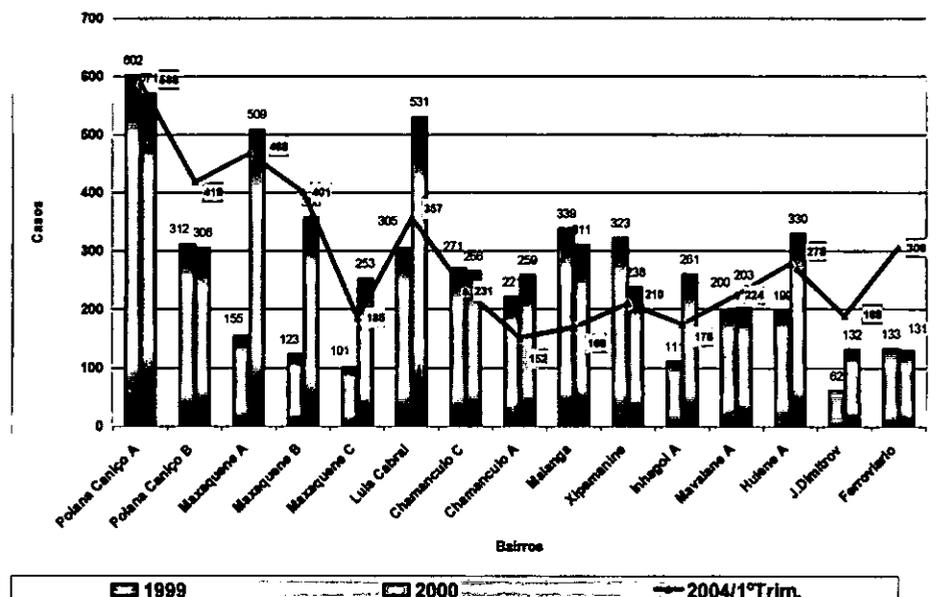
procurando seguir a linha de drenagem natural. A falta de assistência esta na origem da deficiência do sistema de drenagem existente, sendo comum encontrar valas degradadas e cobertas de lixo, o que dificulta o escoamento da água.

A área não dispõe de sistema de esgotos, e as águas residuais são despejadas nos quintais ou mesmo nas ruas. A cobertura em latrinas melhoradas é elevada, embora alguns agregados do anel 1c tenham latrinas tradicionais (que normalmente desabam durante a época chuvosa) ou simplesmente não possuem qualquer tipo de latrina. Quando cheias, os residentes procuram outro espaço para abertura de nova latrina. O sistema de latrinas contamina o lençol freático, que no caso das áreas a jusante chega a estar a menos de 2m de profundidade.

Os problemas relacionados ao saneamento do meio perigam a saúde dos residentes e colocam o bairro vulnerável a epidemias, tal como é o caso da cólera. O gráfico abaixo mostra a distribuição de casos de cólera pela cidade e facilmente se pode verificar que o Bairro PCA é o mais afectado, com aproximadamente 600 casos anuais.

**Gráfico 1 – Comparação de casos de cólera por bairro**

**Gráfico da comparação de Casos de Cólera por Bairros mais afectados da Cidade de Maputo nos anos de 1999, 2000 e 1º Trimestre de 2004**



Fonte: Direcção de Saúde da Cidade de Maputo - Repartição de saúde da comunidade/Sector de Epidemiologia (2005)

Os residentes desta área desenvolvem algumas actividades comerciais (em bancas e barracas que se dedicam à venda de produtos de primeira necessidade e bebidas alcoólicas), artesanais (carpintaria e serralharia) e agrícolas, no espaço destinado à habitação. Esta última actividade também é praticada na "zona verde" localizada na margem Este da Av. Julius Nyerere.

### Segunda área (Anel 2)

Como já foi mencionado, a segunda área foi concebida para reassentar população vinda do núcleo central da cidade. Os residentes desta área não se identificam com os da primeira área e, por conseguinte, procuram infra-estruturas públicas do núcleo central da cidade, ainda que tenham que percorrer grandes distâncias. Alguns exemplos são a Escola Primária 3 de Fevereiro e Escola Primária 16 de Junho, localizadas nos bairros Polana Cimento "A" e Central "C".

O fornecimento de energia eléctrica, água canalizada, telefonia fixa e televisão por cabo têm maior abrangência e é de melhor qualidade que na área anterior, havendo casos em que, por exemplo, há cortes de energia que abrangem a primeira área mas não afectam a segunda. Estes serviços registaram grandes melhorias com a chegada da área de elite ao bairro.

As vias públicas são de terra batida e beneficiam de iluminação pública.

Esta área não possui sistema de drenagem de água pluvial e o lixo doméstico é depositado, pelos moradores, no único contentor existente no bairro, localizado ao longo da Av. Julius Nyerere, mas a recolha do lixo por parte do Conselho Municipal enfrenta os problemas comuns a cidade, sendo comum casos em que o lixo acumulado excede a capacidade do contentor. De realçar que o lixo aqui acumulado é também trazido por carros (de pessoas particulares, empresas privadas e de embaixadas) vindos de condomínios com menos de 3 dezenas de residências ou de bairros vizinhos, tal como é o caso do Bairro da Sommershield.

As casas foram construídas com o sistema de latrinas melhoradas mas uma parte dos moradores substituiu-as por retretes com autoclismo. Existem fossas cépticas que normalmente estão ligadas a drenos e latrinas melhoradas mas não existe rede de colectores de águas negras que depois de encherem a cova onde são

depositadas vão para o dreno e são absorvidas pelo solo ou são drenados por camiões de sucção.

### Terceira área (anéis 3a e 3b)

Nesta área, para além de residências é possível encontrar uma creche e espaços de lazer (piscinas, campos de jogos, ginásios e salões de convívio) para uso exclusivo dos residentes, localizados em residências particulares ou em áreas de uso comum de condomínios.

Os residentes desta área recorrem a serviços privados de educação e saúde do núcleo central da cidade, a algumas escolas e estabelecimentos comerciais de elite recentemente criados nos bairros suburbanos da Polana Caniço B e Costa do Sol e por vezes ao estrangeiro, com maior destaque para Nelspruit, na República da África do Sul.

O fornecimento de energia eléctrica, água canalizada, telefonia fixa e televisão por cabo são os de melhor qualidade e na sua maioria provêm de condutas ramificadas da Presidência da República, o que provavelmente contribui para que tenham boa qualidade.

As ruas estão pavimentadas e beneficiam de iluminação pública.

No que refere à recolha de lixo, há que salientar que esta área constitui um caso raro na cidade, visto que as casas fora de condomínios (anel 3a) beneficiam de recolha domiciliária feita pelo Conselho Municipal, com uma periodicidade de pelo menos três vezes por semana, todavia, alguns agregados familiares preferem contratar empresas privadas que fazem recolha diária. Os condomínios também são servidos por recolha de lixo ao domicílio. A recolha do lixo é feita diariamente ou três vezes por semana, consoante o contrato firmado com a empresa privada prestadora do serviço.

Em relação ao saneamento, verifica-se que o anel 3a é constituído por um ineficiente sistema de drenagem de águas pluviais com valas a céu aberto que não beneficiam de manutenção. As fossas sépticas não possuem rede de colectores e depois de cheios, os drenos são vazados por camiões de sucção.

Alguns condomínios (especialmente os que têm mais de 30 residências) possuem eficientes sistemas subterrâneos de drenagem de água pluvial e rede de esgotos com sistema de tratamento e reciclagem da água, que é mais tarde usada para rega.

## CAPÍTULO VI

### ÁREA DE ELITE

#### VI.1. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÓMICAS

A área de elite do bairro (anéis 3a e 3b) encontra-se, actualmente, subdividida em 276 parcelas destinadas a habitação. Em 63% das parcelas existem residências habitadas; em 13% existem edifícios em fase final de construção; e em 10% é possível ver obras em construção (vide tabela 2). Nas restantes 39 parcelas existem obras paralizadas ou apenas vedação.

Algumas das parcelas (45%) encontram-se em condomínios e as restantes (55%) no anel 3a.

Tabela 2 - Distribuição de residências na área de elite

Estado das residências / talhões	Localização							TOTAL	%
	Anel 3a	Condomínios - Anel 3b							
		Casa Própria	Vista Mar	Águas Azuis	Coca-Cola	Sommer-shield II	Bela Vista		
Habitadas	68	30	0	4	7	45	21	175	63
Em fase final de construção	21	2	5	1	3	0	3	35	13
Em obras	27	0	0	0	0	0	0	27	10
Obras encerradas	22	0	0	0	0	0	0	22	8
Terreno sem fundação	14	3	0	0	0	0	0	17	6
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>	<b>35</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>45</b>	<b>24</b>	<b>276</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo

Muitas das residências da área de elite são usadas para fins de geração de rendimento. 70% das casas localizadas fora de condomínios (anel 3a) estão em regime de aluguer, sendo os inquilinos, na maior parte dos casos, embaixadas ou empresas privadas.

As 68 vivendas actualmente ocupadas no anel 3a estão habitadas por agregados de 2 a 7 indivíduos, sendo a média de 4 membros por agregado.

Os residentes desta área são de várias nacionalidades, em que se destaca a moçambicana (34%), a sul africana (26%), a americana (13%) e a inglesa (9%). Maior parte dos nacionais (79%) provêm do núcleo central da Cidade de Maputo, principalmente do Bairro da Sommershield (46%). Grande parte dos estrangeiros aqui residentes estão no país em missão de trabalho, dos quais 47% estão ligados a serviços diplomáticos.

Para avaliar o poder económico dos residentes desta área usou-se como indicadores a quantidade de viaturas e número de empregados por agregado familiar; a tipologia de construção das residências e o sistema de segurança usado.

Cada agregado familiar localizado no anel 3a possui em média 4 viaturas e é servido por 4 empregados doméstico.

Todas as casas da área de elite têm acima de 1 piso e normalmente o período de construção não excedeu 12 meses, embora algumas localizam-se em terrenos de declive acentuado, o que exige grande tecnologia de construção. Estas casas estão equipadas pelos mais sofisticados sistemas de segurança da cidade, embora não se tenha identificado pelo menos um caso de roubo ou violação física, nos últimos 12 meses. Durante o trabalho de campo verificou-se que para além do serviço de segurança comum prestado pela UEM-UPS ao anel 3a, em 73% das residências habitadas há cão de guarda; 82% das casas tem segurança privada (entre empresas privadas ou guardas particulares); e 78% possui vedação electrificada. Em alguns casos a vedação electrificada também abrange os terraços. No que concerne aos condomínios, verifica-se que estes têm sistema de segurança (guardas e vedação electrificada) comum, mas, ainda assim é possível encontrar várias casas com guardas de empresas privadas e vedação electrificada.

## VI. 2. PROBLEMAS URBANOS

As causas dos problemas urbanos, muitas vezes irremediáveis, provém da ausência de um planeamento a longo prazo (Mausbach, 1977).

A área elite do bairro surgiu e tende a desenvolver-se de forma muito semelhante à ocorrida nas áreas de ocupação espontânea que surgiram nos bairros suburbanos e periurbanos durante o período de instabilidade política do país. Cederam-se parcelas para construção de vivendas familiares luxuosas com base em interesses pessoais, sem considerar a existência de planos de urbanização e os perigos que em termos estéticos, ambientais e urbanísticos podem surgir.

Dada a falta de espaço as ruas são estreitas com cruzamentos de fraca visibilidade. Estas ruas foram estruturadas tentando excluir o mundo circundante menos desenvolvido, originando situações em que vizinhos próximos tenham que percorrer grandes distâncias (a pé ou de transporte) para se comunicarem. O

esquema ao lado mostra o exemplo de dois vizinhos que em termos reais distanciam-se em 49m (linha verde), mas se seguida a rua a distância mínima é de 589m (linha preta). O terceiro problema relacionado ao tráfego acontece nos casos em que há apenas uma via que dá acesso a várias residências. Assim, se algum dia os residentes tiverem que sair de emergência (por causa de uma ameaça de incêndio, por exemplo) e a via ficar interrompida, qual será a alternativa?

O espaço entre residências é estreito, o que, em alguns casos, impossibilitou a construção de estradas, passeios e valas de drenagem, originando situações em que, onde há passeio não há vala de drenagem, e vice-versa. Esta situação, aliada a falta de construção antecipada de condutas (de água, energia, etc), originou situações em que é possível ver cabos subterrâneos de condução de energia eléctrica na superfície de valas de drenagem. A partir daí se pode perguntar: se algum dia houver necessidade de prestar assistência ou acrescentar alguma conduta subterrânea ao longo dos passeios, como usualmente acontece na cidade, como será? E se para construir a nova conduta for imprescindível remover uma vivenda luxuosa (de construção definitiva), qual será o desfecho?

Os problemas acima indicados criam uma sensação de estar-se perante um bairro de “elite sem estética”. Este cenário é agravado pela existência de casas com terrenos de tamanhos desproporcionais; e existência de construções ou terrenos aparentemente abandonados. O mais grave dos problemas relacionado a estética tem a ver com o contraste sócio-económico que se verifica com maior intensidade na Rua para o Palmar (fronteira entre os anéis 1c e 3b). Este contraste pode ser considerado um indicador de segregação social.

De acordo com a opinião de alguns moradores do anel 3a (onde se verifica maior parte dos problemas urbanos da área de elite) todos os problemas que resultam da estruturação do espaço têm a sua origem na forma “obscura” como surgiu a área de elite no bairro, que pode comparar-se com aquilo que Lopes (2005:37) considera “*incapacidade técnica, aliada ao oportunismo e irresponsabilidade das*

**Figura 4 – Mapa de distância a percorrer entre dois vizinhos**



Fonte: Trabalho de campo (2005)  
Imagem de satélite (2003)

*estruturas indicadas para gerir e controlar o uso do solo urbano”, que fazem com que se pratiquem algumas irregularidades:*

*“[i] concessão de terrenos em área impróprias; [ii] atribuição de terrenos a duas ou mais pessoas, todas com documentação oficial passada pelo Conselho Municipal; [iii] legalização de terrenos não aptos para construção de habitação; e [iv] atribuição de terrenos sem obedecer critérios mínimos de urbanização, tais como distância mínima das vias de acesso e de edifícios vizinhos, saneamento do meio, área mínima parcelada, dentre outros” Lopes (2005:37).*

Entretanto, há que considerar que se esta área estivesse ocupada por pessoas de baixa renda provavelmente os problemas urbanos seriam ainda maiores, visto que a pavimentação das estradas e construção de pequenas valas de drenagem, pelos residentes, contribuiu em grande medida para minimização dos problemas de erosão, que são a grande preocupação da população vizinha.

#### VI. 2.1. TENDÊNCIAS FUTURAS

A área de elite do bairro está em expansão. Fora dos limites dos anéis 3a e 3b é possível encontrar 3 edifícios com mais de um piso em construção no anel 1b e outros dois no anel 2. Os dois últimos estão a ser construídas pelos anteriores residentes.

Para além destas construções, acredita-se que em breve iniciarão outras, visto que pelo menos 7 casas do anel 1b, localizadas atrás (a Norte) do anel 3a, próximo da Av. Julius Nyerere, já estão compradas e numa área de cerca de 0,6ha localizada a Oeste do Condomínio Bela Vista já se indemnizou algumas famílias que abandonaram o bairro e estão em curso negociações para indemnizar outras famílias.

No anel 2 já se venderam pelo menos 4 casas e constantemente têm aparecido várias pessoas interessadas em comprar outras, havendo o caso de um indivíduo que apareceu com a proposta de comprar todas as casas ao preço de um bilhão de meticais cada, mas grande parte dos residentes afirmam não estar interessados pelo negócio porque enfrentaram grandes problemas de adaptação ao bairro e

temem enfrentar muitos outros ao mudarem para locais mais afastados do núcleo central da cidade.

A área de elite do bairro tende a expandir-se em duas vertentes. A primeira está relacionada a compra e venda de casas, com menor ou nenhum controle das estruturas municipais; e a segunda está relacionada a indenização de famílias para se mudarem para outros locais, com maior envolvimento das estruturas municipais. No primeiro caso, a probabilidade de agravarem-se os problemas urbanos é maior visto que a gentrificação acontece de forma espontânea e, por conseguinte não são criadas as infra-estruturas necessárias de apoio às residências e de mitigação de impactos ambientais adversos (construção de eficientes condutas, de sistemas de drenagem e de esgotos e pavimentação de vias de acesso). No segundo caso, há melhor possibilidade de planificação do local para reassentar a população por retirar do bairro (PCA) e criação de condições para que as novas construções obedeçam a melhor ordenamento e beneficiem de infra-estruturas de apoio.

### VI. 3. IMPACTOS SOCIAIS

Os impactos sociais da criação da área de elite no Bairro PCA fazem-se sentir sobre a população retirada do bairro e sobre a população vizinha (da elite).

#### VI.3.1. RETIRADA DE POPULAÇÃO

Durante a pesquisa procurou-se contactar a população desalojada do bairro para ceder espaço a área de elite mas apenas conseguiu localizar a população retirada do bairro por causa dos desastres causados pela chuva torrencial de 2000. Esta população foi reassentada em Magoanine C (vulgo "Matendene") e Zimpeto. Consoante as condições do local de proveniência e a emergência do reassentamento, a população aqui reassentada recebeu terreno e material de construção ou quintal com casa já construída. A entrega da casa ou terreno teve em conta o número de agregados e não de casas perdidas. Assim, nos casos em que havia mais de um agregado numa casa, com a passagem para os bairros de

reassentamento as famílias separaram-se, o que constituiu uma mais valia para a população que foi drasticamente abalada pela catástrofe de 2000 no Bairro PCA.

Numa entrevista feita a 20 agregados, estes responderam que nos primeiros anos enfrentaram alguns problemas de adaptação, mas actualmente sentem-se melhor nestes bairros porque (i) os terrenos são maiores e bem delimitados, (ii) têm segurança de posse de terra, (iii) têm acesso a serviços urbanos básicos com melhor qualidade e (vi) não estão sujeitos a constantes problemas de erosão como antes acontecia. As únicas reclamações encontradas relacionam-se (i) com a necessidade de apanhar transporte para chegar ao centro da cidade (onde muitos desenvolvem as actividades quotidianas) e (ii) com a menor possibilidade de desenvolver comércio informal nas residências, dada a baixa demanda.

Em relação à população retirada do bairro para ceder espaço às novas construções, não foi possível aceder a algum registo que indicasse de concreto quem saiu e para onde? Alguns depoimentos dão conta que a população desalojada foi reassentada nos bairros Magoanine, Zimpeto, Albazine e Distrito de Marracuene, mas não foi possível localiza-la.

A população entrevistada no quarteirão 4 do Bairro PCA, afirma que a população desalojada encontrou melhores condições no local de reassentamento e também mostrou-se disponível em abandonar o bairro, dado o elevado risco de erosão, insegurança de posse de terra e interdição em instalação de água canalizada e energia eléctrica.

Existem rumores que algumas famílias indemnizadas para abandonar o bairro (quer por causa das cheias assim como pela gentrificação) passando algum tempo regressam mas, não foi possível identificar algum agregado e o chefe do Quarteirão 4 (donde saiu grande parte da população desalojada) disse que nos casos em que os desalojados tomam conhecimento que o local que ocupavam continua desocupado, cedem (por venda, empréstimo ou oferta) a outras pessoas, mas nunca é a população indemnizada que volta.

### VI.3.2. RELACIONAMENTO COM VIZINHOS

No ano 2002 houve um conflito entre os habitantes da vulgo "Sommersfield II" e o resto do bairro, quando os residentes do anel 3a ("Sommersfield II") mandaram

construir um muro gigante rompendo a ligação entre ambos e os lesados partiram o vulgo "Muro de Berlim", para restabelecer a última via que permite aos residentes a Norte do muro atravessarem o anel 3a com destino ao núcleo central da cidade.

Este foi o único conflito que os residentes do bairro afirmam ter existido.

Actualmente, a convivência entre os diferentes grupos sociais do bairro é pacífica. Nas entrevistas feitas em cada uma das áreas atrás descritas os residentes afirmaram que cada grupo comporta-se bem perante o outro: em alguns casos cumprimentam-se e, em simultâneo, procuram ignorar suas diferenças.

Todavia, alguns residentes (de ambas partes) não esconderam sua insatisfação em compartilhar o espaço com vizinhos com estilos de vida e condições económicas adversas.

Um outro problema identificado está relacionado com a insegurança dos menos favorecidos, em relação à posse de suas casas, porque acreditam que existem intenções em transformar toda a área em bairro de elite, inclusive os residentes do anel 2, que já compraram suas casas ao APIE, afirmaram que não aceitam que apareçam pessoas a fazerem estudos ou medições sem que eles estejam informados do objectivo. No caso dos residentes do anel 1c, o chefe do quarteirão 4 teria informado que grande parte dos residentes começou a construir casas em material convencional porque temiam abandonar o bairro, mas depois das cheias de 2000 muitos pararam com as construções porque agora estão dispostos a abandonar o bairro mas ainda não apareceu alguém que realmente oferece a mínima recompensa por eles exigida. Em relação à proposta de receber indemnização para se mudar para outros bairros, os agregados entrevistados no quarteirão 4 foram unânimes em dizer que todos estão dispostos a abandonar as barreiras porque aqui vivem em péssimas condições urbanas e viram a vantagem que os outros tiveram em abandonar o bairro, mas todos que vêm com interesse em ocupar o local apenas fazem promessas.

A chegada da elite ao bairro também trouxe benefícios à população vizinha. Os residentes do anel 2 afirmaram que com a chegada do novo grupo houve melhorias na qualidade do fornecimento de energia eléctrica e água canalizada. Um outro benefício está relacionado com a criação de novos postos de trabalho:

no anel 3a existe em média 4 empregados domésticos por residência, dos quais 1 reside no Bairro PCA.

## CAPÍTULO VII

### CONCLUSÃO

Polana Caniço “A” (PCA) é um bairro suburbano com cerca de 222 hectares (ha), localizado no Distrito Urbano nº. 3 da Cidade de Maputo, fazendo limite com os bairros Polana Caniço “B”, Maxaquene “C” e Sommershield. Este último localiza-se no núcleo central da cidade.

Em finais da década 70 o bairro beneficiou do parcelamento de uma extensão de cerca de 115ha, onde se criaram algumas infra-estruturas públicas (escolas, campos, etc) e passou a ceder-se terrenos para habitação.

Em meados da década 80, o espaço destinado a habitação escasseou mas o bairro continuo a registar grande afluxo de residentes. A dimensão e o ritmo da chegada dos novos residentes não permitiu que a ocupação do solo fosse acompanhada de um ordenamento do território, o que levou a expansão espontânea e desordenada do espaço habitacional, havendo casos em que as novas ocupações tivessem lugar em locais onde o plano de estrutura de 1985 considera “zona verde de protecção”, tal como é o caso das barreiras a Este da Av. Julius Nyerere.

No inicio da década 90, uma área de cerca 3ha foi ocupada por “casas brancas” construídas para reassentar população retirada de alguns prédios da cidade. A população aqui reassentada trazia hábitos do núcleo central e, por conseguinte, não se identificou com o resto do bairro, o que deu inicio a segregação social que se faz sentir no acesso e na qualidade de serviços urbanos.

Em 1993, começou a construir-se vivendas unifamíliares luxuosas, de 2 a 4 pisos, a Sudeste do bairro e, em 1997, começou a retirar-se centenas de famílias de baixo rendimento, para dar lugar a expansão da área ocupada pelas vivendas de luxo.

A população retirada do bairro teve que se mudar para bairros periféricos ou para fora dos limites administrativos da cidade, onde teve a possibilidade de ocupar terrenos em que passou a ter segurança de posse de terra e ficou sujeita a menores problemas ambientais.

A ocupação parcial do bairro (PCA) por vivendas luxuosas alterou tipologia de construção e a característica sócio-económica dos residentes do bairro, o que implicou o surgimento de mais um grupo social – o da “elite” – e o aumento da

segregação social. A criação da área de elite criou insegurança de posse de terra à população vizinha, que teme abandonar o bairro para dar lugar a expansão da área de elite. Para este grupo (população vizinha), as vantagens do aparecimento da elite resumem-se em maiores possibilidades de emprego (embora seja a um número reduzido de habitantes) e melhorias na qualidade do fornecimento de energia eléctrica e água canalizada, aos residentes das “casas brancas” resultantes do reassentamento.

A falta de planeamento da área de elite tem originado alguns problemas relacionados com a drenagem e ao tráfego. Contudo, há que salientar que se o local estivesse a ser ocupado por pessoas de baixa renda os problemas provavelmente seriam maiores, visto que a elite tem desenvolvido alguns esforços (construção de infra-estruturas de saneamento e viárias) que contribuem para mitigação dos impactos ambientais adversos resultantes da ocupação do solo.

Durante o trabalho de campo, grande parte da população de baixo rendimento residente nas barreiras a Este da Av. Julius Nyerere mostrou interesse em receber indemnização para se mudar para bairros periféricos da cidade, por forma a “livrar-se” dos constantes problemas ambientais resultantes da erosão pluvial; insegurança de posse de terra; e limitação no acesso a alguns serviços urbanos, tal como é o caso da água canalizada e energia eléctrica.

Para que este processo (de indemnização de famílias para abanarem o bairro a favor da expansão da área de elite) ocorra com menores problemas, recomenda-se que se faça cadastro da população por indemnizar e se procure local onde ela possa se sentir confortável para instalar o novo local de residência. Recomenda-se também que o local seja ocupado por condomínios e não por casas singulares, visto que assim a preocupação em construção de eficientes condutas (de água, energia eléctrica, etc.) e de infra-estruturas viárias e de saneamento é maior.

## VIII. BIBLIOGRAFIA

1. AMARAL, Wanda do. 1999. Guia para Apresentação de Teses, Dissertações e Trabalho de Graduação. 2ª Ed. Livraria Universitária, UEM. Maputo.
2. ANGELI, Francisco. 1987. De Lourenço Marques a Maputo. Milano.
3. ARAUJO, Manuel G. M. 1997. Geografia dos Povoamentos. Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos. Livraria Universitária, UEM. Maputo.
4. \_\_\_\_\_. 1999. "*Cidade de Maputo – Espaços Contrastantes: Do Urbano ao Rural*". In Revista Finisterra nº XXXIV (67-68). Lisboa. Pp. 175-190.
5. \_\_\_\_\_. 2002. "*Realidades Urbanas em Moçambique. Conceitos ou Preconceitos*". In Revista da Faculdade de Letras – Geografia. Porto. Série I, Vol. XVII/XVIII. Pp. 5-11
6. \_\_\_\_\_. 2003. "*Os Espaços Urbanos em Moçambique*". In GEUSP – Espaço e Tempo. nº 14. São Paulo. Pp. 165-182.
7. ARCADIS, Euroconsult & JTK Associates. 1999. Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo. Relatório Final. Vol I; II; III; IV; e V. PROL, Direção Nacional de Administração Local, Ministério de Administração Estatal. Maputo. (mimeo).
8. ATKINSON, Rowland (2002). Gentrification Bibliography: Does Gentrification Help or Harm Urban Neighborhoods? CNR Paper 5. Visto em [www.neighbourhoodcentre.org.uk](http://www.neighbourhoodcentre.org.uk) - 29/08/05.
9. BATALLER, Ma. Alba S. 2000. "*El Estudio De La Gentrificación*". Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Nº 228, 3. Universidad de Barcelona.
10. BEAUJEU-GARNIER, J. 1997. Geografia Urbana. 2ª Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
11. BRITO, Raquel et all. 1991. Didáctica de Geografia. Universidade Aberta. Lisboa.
12. CHEREWA, Dionísio. 1996. Perfil Ambiental da Cidade de Maputo. MICOA. Maputo. (mimeo).
13. COUGHLIN, Peter & Langa, Julieta. 1997. Claro e Directo: Como Escrever um Ensaio. 2ª ed, Revista e Ampliada. Globo Litografia Tipografia. Maputo.

14. DJEDJE, Arlindo. 1999. "*O que é Planeamento Físico?*". In Moçambique: Ambiente e desenvolvimento sustentável – Cidade e Cidadãos. nº 32 . MICOA. Maputo. Pp. 8-11.
15. Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (FAPF). 1995. Contribuição para o Planeamento Urbano da Grande Maputo. FAPF. Maputo. (mimeo).
16. FERNANDO, Marcos E. 1996. Gestão Urbana: Recolha e Tratamento de Lixo Sólido Doméstico nas Cidades Moçambicanas. MICOA. Maputo. (mimeo).
17. FERREIRA, João S. W. 2000. Globalização e Urbanização Subdesenvolvida. São Paulo em Perspectiva, 14(4). Visto em [www.scielo.br/pdf/spp/V14n4/9748.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/V14n4/9748.pdf) - 29/08/05.
18. GARRIDO, Dulce & COSTA, Rui. 1996. Dicionário de Geografia. Editorial Presença. Lisboa.
19. GONÇALVES, António C. 1988. "*Os Bairros Urbanos Como Lugares de Práticas Sociais*". Revista da Faculdade de Letras – Geografia. Porto. Série I, Vol. IV p.15-31
20. HAINE, S. 2005. Experiencias de Lucha contra la Gentrificación en Sevilla. Visto em [www.nodo50.org/cubasigloXXI/taller/lahaine\\_310705.htm](http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/taller/lahaine_310705.htm) - 29/08/05.
21. HERRERA, Luz M. G. 2001. "*Elitización: Proposta en Espanol Para el Término Gentrificación*". Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Nº 332. Universidad de Barcelona.
22. IBRAIMO, Maimuna A. 1994. Crescimento da População Urbana e Problema da Urbanização da Cidade de Maputo. Unidade de População e Planificação, Comissão Nacional do Plano. Série População e Desenvolvimento, doc 11. Maputo.
23. Instituto Nacional de Estatística (INE). 1999. II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997. Resultados Definitivos. Versão Digital (CD-Rom). Maputo.
24. Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF). 1985. Cidade de Maputo – Plano de Estrutura. Departamento de Planeamento Urbano, INPF. Maputo. (mimeo).

25. JELIN, Elizabeth. 1998. "Cidades, Cultura y Globalización. In Informe Mundial sobre la Cultura Visto em [www.crim.unam.mx/cultura/informe](http://www.crim.unam.mx/cultura/informe) - 29/08/05.
26. LANGERNSCHEDIT. 1989. Portuguese Ditionary. Editora Staff. São Paulo.
27. LOPES, Vanessa. 2005. Ordenamento do Território no Distrito Municipal da Catembe. Trabalho de Licenciatura em Geografia, FLCS, UEM. Maputo. (mimeo).
28. MAUSBACH, Hans. Urbanismo Contemporâneo. Análise dos Fundamentos do Planeamento Actual. 3ª ed. Editorial Presença. Lisboa
29. MATOS, Elmer A. C. 2005. Serviços Urbanos Básicos nos Bairros da Maxaquene "A" e da Urbanização. Trabalho de Licenciatura em Geografia, FLCS, UEM. Maputo. (mimeo).
30. MICOA. 2004. Estratégias de Gestão do Ambiente Urbano. MICOA. Maputo. (mimeo).
31. MUCHANGOS, Aniceto dos. 1994. Cidade de Maputo: Aspectos Geográficos. Editora Escolar. Maputo.
32. MUANAMOHA, Ramos C. 2002. "Dinâmica do Crescimento Populacional no Período pós-independência em Maputo" In Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo – Impacto da Guerra e das Transformações Sócio-económicas (década de '80 e '90). CesA. Estudos de Desenvolvimento nº7. Pp. 11-19.
33. OPPENHEIMER, Jochen & RAPOSO, Isabel. 2002. A Pobreza em Maputo. Colecção Cooperação. Departamento de Cooperação, Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Colecção Cooperação. Lisboa.
34. SALVADOR, Cristina. 2004. Mutação nas Cidades Africanas. (mimeo).
35. SANTOS, Milton. 1981. Manual de Geografia Urbana. São Paulo. Hucitec.
36. SANTOS JUNIOR, Wilson R. s/d. Requalificação Urbana: Transformações no Imaginário Urbano?. Faculdade de Arquitectura e Urbanismo. Campinas. Visto em [www.puc-campinas.edu.br/pesquisa/docentes.pdf](http://www.puc-campinas.edu.br/pesquisa/docentes.pdf) - 29/08/05.
37. SBPC & Labjor. 2002. Prós e Contras da Revitalização de Centros Urbanos. Visto em [www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm](http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm) - 29/08/05.

38. SERPA, Ângelo. 2004. "Espaço Público e Acessibilidade: Notas Para Uma Abordagem Geográfica". In GEUSP – Espaço e Tempo. nº 15. São Paulo. Pp. 21-37.
39. TSANDZANA, Armando F. 1999. Estudo da Expansão Horizontal da Cidade de Maputo: O Caso do Bairro de Laulane. Trabalho de Licenciatura em Geografia, FLCS, UEM. Maputo. (mimeo).
40. TURCATO, Maria de L. 1999. "Pensar Cidade". In Moçambique: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Cidade e Cidadãos. n.º 32 . MICOA. Maputo. Pp. 33-34.
41. UNDP/UNCHS. 1991. Housing and Living Conditions in Peri-Urban Areas of Maputo City. Ministry of Construction & Water Affairs. Republic of Mozambique.
42. VALE, Maria L. G. M. 2000. Análise do Ordenamento do Espaço Urbano na Vila de Bilene. Trabalho de Licenciatura em Geografia, FLCS, UEM. Maputo. (mimeo).
43. WELLS, Alfred. 1988. Custo de Casas na Cidade de Caniço. Relatório Preliminar. INPF. (mimeo).

**ANEXO 1**

**GUIÕES DE ENTREVISTA**

**GUIÃO DE ENTREVISTA PARA SECRETÁRIA  
E CHEFES DE QUARTEIRÕES DO BAIRRO P.C.A.**

**GRUPO A – GERAL**

**SECÇÃO I – URBANIZAÇÃO/HISTÓRIA DO BAIRRO**

1. Quando é que foi criado o bairro?
2. Onde vem o nome do bairro?
3. Como foi feita a ocupação do bairro ao longo do tempo (época colonial; década 70, 80, 90 e 2000)?
4. O bairro foi parcelado?
5. De que forma os factores a baixo influenciaram ou influenciam na ocupação do bairro?
  - 5.2. colonização
  - 5.3. guerra civil
  - 5.4. crise económica da década 70/80
  - 5.5. novas políticas do Governo a partir de 1986 (PRE, PRES – capitalismo)
  - 5.6. acordos de paz
  - 5.7. cheias de 2000
  - 5.8. trabalho nas minas da África do Sul
  - 5.9. reabilitação de prédios na cidade (ex. Prédio Cardoso)
  - 5.10. que outros factores influenciaram na ocupação do bairro? Como?
6. Em que consistiu o "projecto exemplar de reordenamento participativo e flexível" feito na década 70?
7. Quais são os limites actuais do bairro?

**SECÇÃO II – INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS**

8. O bairro tem unidades sanitárias e farmácias?
  - 8.2. [se sim] quantas e de que tipo?
  - 8.3. São suficientes para satisfazer as necessidades do bairro?
  - 8.4. [se não em 8 ou 8.3] quais as alternativas usadas pelos residentes para colmatar a situação?
9. O bairro tem escolas?
  - 9.2. [se sim] quantas e de que tipo?
  - 9.3. São suficientes para satisfazer as necessidades do bairro?
  - 9.4. [se não em 9 ou 9.3] quais as alternativas usadas pelos residentes para colmatar a situação?
10. O bairro beneficia-se de rede de água canalizada?
  - 10.2. [se sim] é suficiente para satisfazer a demanda do bairro?
  - 10.3. [se não em 10 ou 10.2] quais as alternativas usadas pelos residentes para colmatar a situação?

11. Como é feito o tratamento do lixo do bairro?
- 11.2. Quem faz? Com que periodicidade?
- 11.3. Os moradores devem pagar pelo serviço?
- 11.4. O lixo constitui problema para o bairro?

#### **GRUPO B – GREENTRIFICAÇÃO**

##### **SECÇÃO III – NOVAS CONSTRUÇÕES**

12. Quando é que começou a construir-se vivendas luxuosas (casas com mais de um piso) no bairro PCA?
13. Quantas casas existem com mais de um piso?
14. Qual a área ocupada pelas novas construções?
15. Quem atribui o terreno para construção das vivendas?
16. Quais os procedimentos e valor necessário para obtenção do direito de ocupação do espaço, tomando em consideração o tamanho do mesmo? Ou seja, quanto custa um terreno?
17. Ainda é possível adquirir terreno?
18. Tem havido conflitos de terrenos?
- 18.2. [se sim] Como são resolvidos?
19. Quem é que define o tipo de planta e de construção para as novas vivendas?
20. As novas construções beneficiaram de algum plano de urbanização?
- 20.2. [se sim] De que tipo, quando foi feito e o que define?
21. O que havia antes, no espaço agora ocupado pelas vivendas luxuosas?
22. Porquê se atribui terrenos em locais que anteriores planos de urbanização consideram área para não implantação de edifícios?
23. Que infra-estruturas e serviços foram criados exclusivamente para satisfazer ao novo grupo de residentes? Quando e por quem?

##### **SECÇÃO IV – ANTIGOS RESIDENTES**

24. Quantas famílias tiveram de abandonar o bairro por causa das cheias?
25. Quantas famílias tiveram de abandonar suas casas para ceder espaço para as novas vivendas?
26. Quem é que fez com que eles mudassem de residência?
27. Para onde é que foram os antigos moradores?
28. Qual foi o mecanismo para sua retirada do bairro?
29. Que condições lhes ofereceram em troca?
30. Qual foi a reacção dos antigos moradores, perante sua retirada?

##### **SECÇÃO V – RELACIONAMENTO COM VIZINHOS**

31. Como é o relacionamento entre os residentes das vivendas luxuosas com o resto dos residentes do bairro?
32. Que benefícios e constrangimentos há para cada uma das partes, em serem vizinhas?
33. Os dois grupos de residentes fazem uso dos mesmos serviços?

**GUIÃO DE ENTREVISTA PARA RESIDENTES  
DO BAIRRO P.C.A.**

**SECÇÃO I – IDENTIFICAÇÃO**

1. Quantos anos tem?
2. Em que ano começou a viver neste bairro?
3. Conhece a história do bairro?

[Se sim, fazer perguntas da "Secção I" do guião para secretária do bairro]

**SECÇÃO II – SERVIÇOS E FACILIDADES**

4. Em caso de doença, para onde é que se dirigem os moradores do bairro?
5. Onde é que estudam as crianças do bairro?
6. Como é que os residentes do bairro fazem para obtenção de água potável para consumo doméstico?
7. Como é feito o tratamento de lixo do bairro?
8. Onde é que os residentes do bairro fazem compras?
9. Quando os residentes do bairro têm algum problema comum como procuram solucionar? Têm alguma organização/líder?

**SECÇÃO III – GENTRIFICAÇÃO**

10. Acompanhou o surgimento/construção de vivendas luxuosas (casas com mais de um piso) no bairro?
11. Quando é que começou?
12. O que havia no espaço ocupado por tais edifícios?
13. Quem são os proprietários dos edifícios, antigos moradores ou novos ocupantes?
14. Tem conhecimento de casos em que antigos moradores tiveram de abandonar suas casas para ceder espaço para construção das novas vivendas?

[se a resposta em 14 for negativa, saltar a p. 15 e 16]

15. Quem é que fez com que eles saíssem de suas casas? Sob que condições?
- 15.2. Onde é que eles vivem agora?
- 15.3. Que alterações acha que isso causou na vida dos que saíram?
16. Ainda existem casos de pessoas que abandonam suas casas para ceder espaço para construção de vivendas luxuosas?
17. Como é o relacionamento dos ocupantes das vivendas luxuosas com o resto dos moradores do bairro?
- 17.2. Que benefícios as novas vivendas causam ao resto do bairro? ex. Emprego, serviços...
- 17.3. E quais os constrangimentos ou problemas existentes?

## GUIÃO DE ENTREVISTA PARA DCU

### SECÇÃO I – GERAL

1. Porque é que durante muito tempo foi proibido construir casas em material definitivo no Bairro Polana Caniço "A" (PCA)?
2. Os antigos residentes são autorizados a construir residências com material definitivo?
3. Quando é que começou a atribuir-se licenças para construção definitiva no bairro PCA?
4. Quais os procedimentos e valor necessário para obtenção de talhão no bairro?
5. Ainda é possível adquirir talhão no bairro?
- 5.2. [se sim] Como o DCU adquire os talhões para cedência/venda?
6. Tem havido conflitos de terra? Como são resolvidos?

### SECÇÃO II – NOVAS CONSTRUÇÕES

7. Quem é que define o tipo de planta e de construção para as novas vivendas?
8. Quando é que começou a construir-se vivendas luxuosas (residências unifamíliares com mais de um piso) no bairro? Quantas existem actualmente?
9. Qual a área ocupada pelas novas construções no bairro PCA?
10. O que ditou a escolha do bairro PCA para construção de vivendas luxuosas?
11. As novas construções beneficiaram de algum plano de urbanização?
12. Existe algum estudo que determina a capacidade de carga do bairro?  
[Pedir acesso aos documentos das perguntas 11 e 12, caso existam]
13. O que havia no espaço agora ocupado pelas vivendas luxuosas?
14. Porquê se atribuí terrenos em locais que anteriores planos de urbanização (de 1985) consideram área para não implantação de edifícios?
15. Para além de residências, que outras infra-estruturas prevê-se criar nos espaços cedidos para construção definitiva?
16. Que serviços foram criados para satisfazer ao novo grupo de residentes? Quando e por quem?
17. Quem mandou construir estradas pavimentadas e valas de drenagem no bairro?
- 17.2. Os outros residentes do bairro (com menores posses) podem fazer uso das infra-estruturas e serviços criados para os novos residentes?

### SECÇÃO IV – ANTIGOS RESIDENTES

18. Quantas famílias tiveram de abandonar o bairro por causa das cheias?
19. Quantas famílias tiveram de abandonar suas casas para ceder espaço para construção das novas vivendas?
20. Qual foi o argumento e procedimento de retirada dessas famílias?
21. Onde e sob que condições vivem as famílias retiradas do bairro?
22. Qual foi a reacção dos antigos moradores, perante sua retirada do bairro?

**GUIÃO DE ENTREVISTA PARA POPULAÇÃO RETIRADA  
DO BAIRRO PCA**

**SECÇÃO I – IDENTIFICAÇÃO**

1. Quantos anos tem?
2. Em que ano começou a viver nesta residência?
3. Onde é que viveu antes desta residência?
4. Quando e porque se mudou para este local?

**SECÇÃO II – SERVIÇOS E FACILIDADES**

5. Em caso de doença, para onde é que os membros do seu Agregado Familiar (AF) se dirigem?
6. Onde é que estudam as crianças do AF?
7. Como é que o AF faz para obtenção de água potável para consumo doméstico?
8. Como é feito o tratamento de lixo pelo AF?
9. Onde é que os membros do AF fazem compras?

**SECÇÃO III – GENTRIFICAÇÃO**

10. Já alguma vez foi explicado algo sobre o direito ao acesso e uso de terra (lei de terras)?
11. Como foi o processo de saída do bairro Polana Caniço "A" (PCA)? (Foram consultados/impostos? Foram recompensados? Tiveram oportunidade de negociação?)
12. Como é que o seu AF e população vizinha reagiu perante a retirada do bairro PCA?
13. Quais as vantagens deste local comparando ao anterior?
14. Quais os constrangimentos/problemas que enfrentam neste local que não tinham no outro?
15. Comparando as condições que tinha no bairro PCA (ou na residência anterior) com as que tem agora, acha que a mudança de residência foi benéfica ou não?

**GUIÃO DE ENTREVISTA PARA  
LIDERES DE CONDOMÍNIOS DO BAIRRO PCA**

**SECÇÃO I – GERAL**

1. Em que ano foi construído o condomínio?
2. Quantas casas têm (ou deverá ter) o condomínio?
- 2.2. Quantas já estão habitadas?
- 2.3. Quantas ainda estão em construção?
3. Quem construiu (ou mandou construir) as casa do condomínio?
- 3.2. Com que intenções? ex. Aluguer/venda de casas  
(caso não seja para fins comerciais, passar para "secção II")
4. Qual o valor do aluguer/venda de casas?
5. Quantas casas já foram vendidas?
6. Quantas casas estão sob regime de aluguer?
7. Os privados que compram casas fazem-no para fixar residência ou para fins especulativos? Ex. Re-venda/aluguer
- 7.2. Quantas casas são habitadas pelos primeiros compradores?
8. Para além de residências, que infra-estruturas adicionais existem?

**SECÇÃO II – SERVIÇOS E FACILIDADES**

9. Em caso de doença, para onde é que se dirigem os moradores do condomínio?
10. Onde é que estudam as crianças do condomínio?
11. Como é que os residentes do bairro fazem para obtenção de água potável para consumo doméstico?
12. Como é feito o tratamento de lixo do condomínio?
13. Onde é que os residentes do condomínio fazem compras?
14. Quando os residentes do condomínio têm algum problema comum como procuram solucionar? Têm alguma organização/líder?
15. Que outros serviços são disponibilizados aos residentes do condomínio?

**SECÇÃO III – ANTIGOS RESIDENTES**

16. O que havia, antes, no espaço agora ocupado pelo condomínio?
17. Quantas famílias tiveram de abandonar suas casas para ceder espaço ao condomínio?
18. Quem é que fez com que eles mudassem de residência?
19. Para onde é que foram os antigos moradores?
20. Qual foi o mecanismo para sua retirada do bairro?
21. Que condições lhes ofereceram em troca?
22. Qual foi a reacção dos antigos moradores, perante sua retirada?

**ANEXO 2**

**FOTOGRAFIAS AÉREAS**

**E**

**IMAGENS DE SATÉLITE**

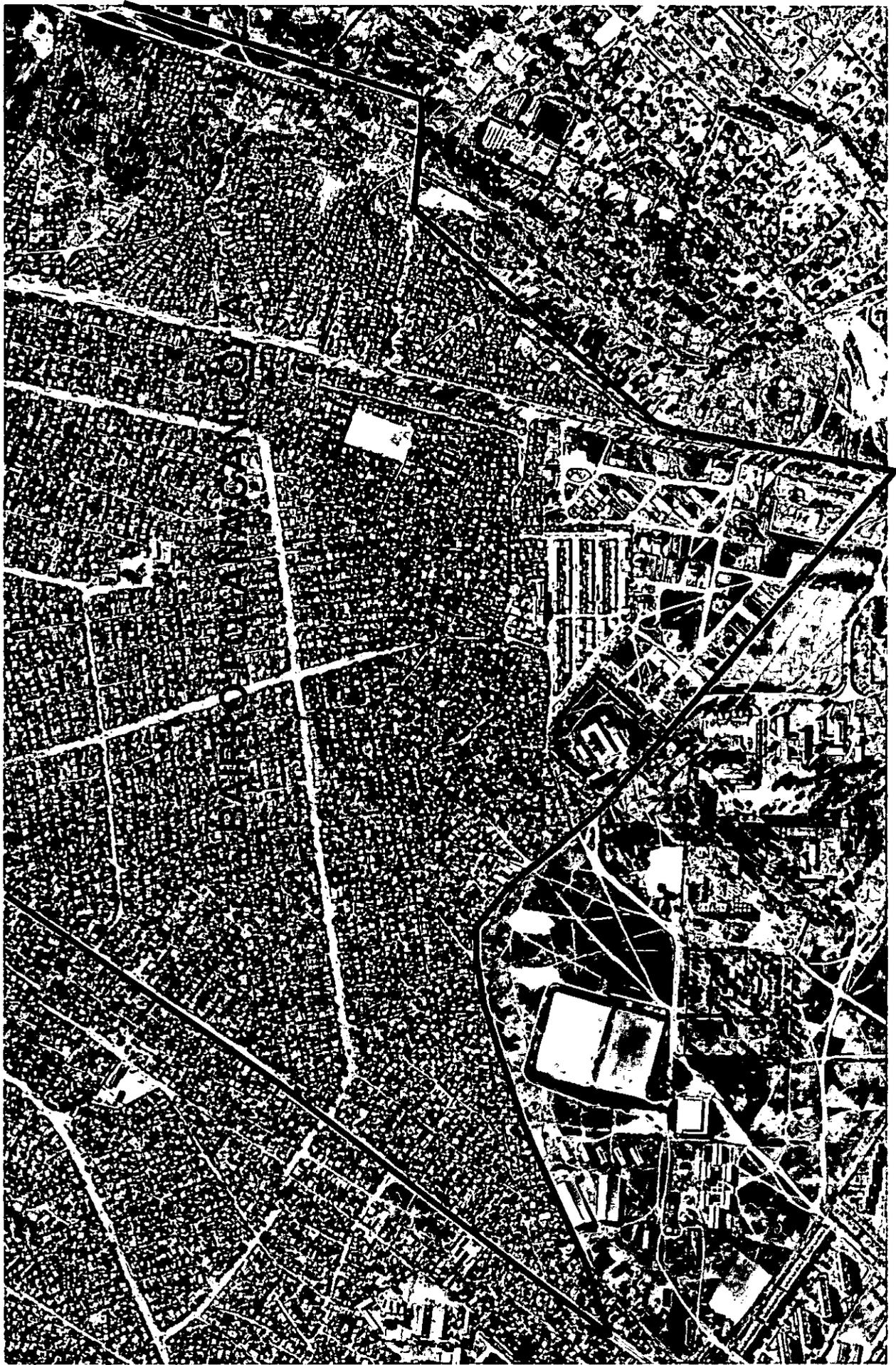
FOTOGRAFIA AÉREA (1991)



Escala de base - 1:10.000

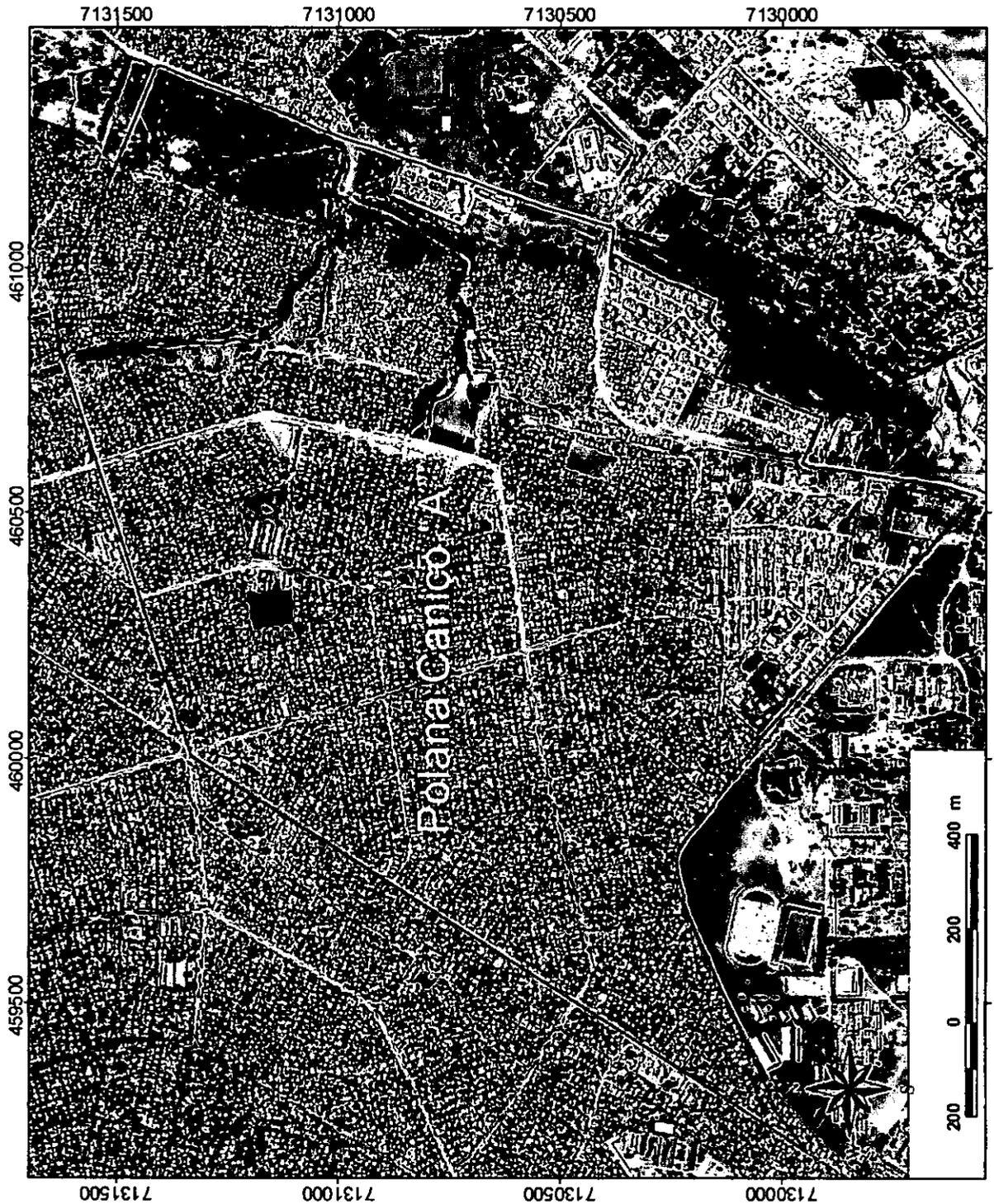
7806 07

FOTOGRAFIA AÉREA (1997)



Escala de base - 1:7.500

# FOTOGRAFIA AÉREA (2001)



Escala original-1:6.000

461000

460500

460000

459500

7130000

7130500

7131000

7131500

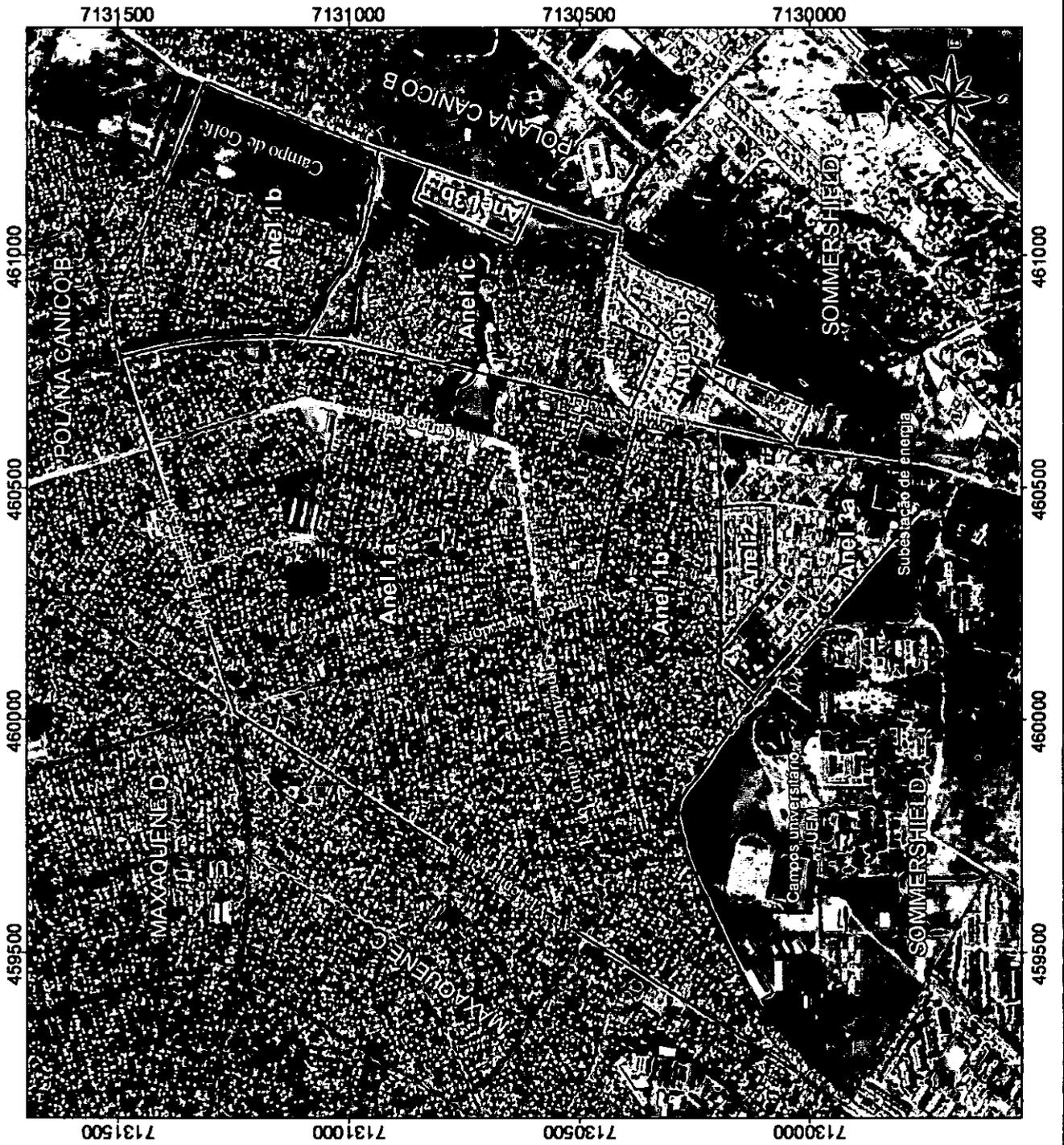
7130000

7130500

7131000

7131500

# ANEIS DE URBANIZAÇÃO





**ANEXO 3**

**FOTOGRAFIAS**

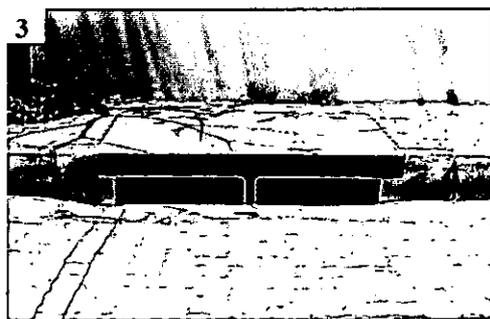
SANEAMENTO (drenagem e tratamento de resíduos sólidos) - Área de elite



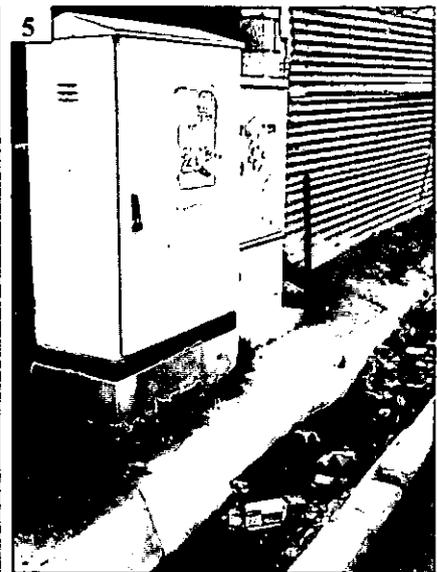
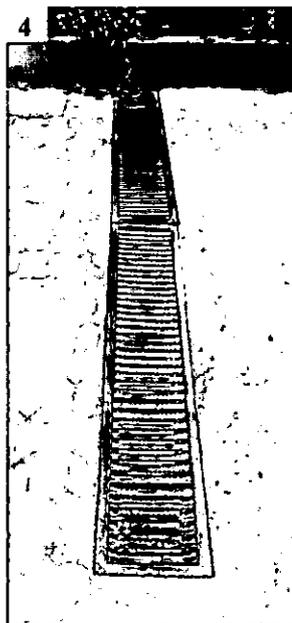
Sistema de tratamento de lixo (Anel 3b)



Deficiente drenagem de água (Anel 3a)



Sistema subterrâneo de drenagem de água pluvial (Anel 3b)



Disputa de espaço entre PT, cabo de energia, vala de drenagem, lixo e água (Anel 3a)



Lixo aguardando recolha pelo Conselho Municipal (Anel 3a)



Esvaziamento de fossas sépticas



Casas construídas em linhas naturais de drenagem (Anel 3a)



Sacos usados para complementar a drenagem (A. 3a)

SANEAMENTO (drenagem e tratamento de resíduos sólidos) - Resto do bairro



11  
Contentor saturado de lixo (Anel 1b)



12  
Lixo acumulado em via pública (Anel 1b)



13  
Crianças brincando em valas de drenagem (Anel 1c)



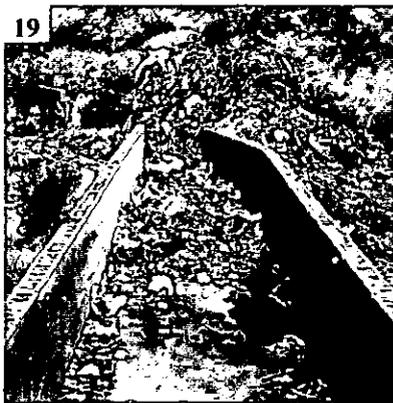
14  
Crateras abertas pelas cheias de 2000, dada a inexistência de drenagens (Anel 1b e 1c)



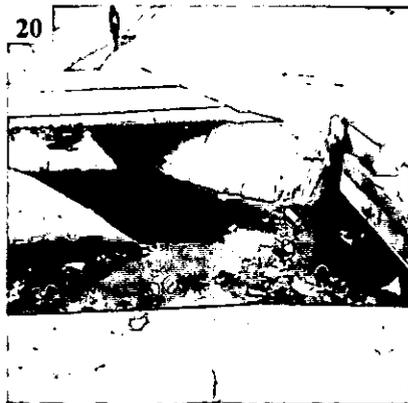
16  
Enchentes causadas pela inexistência de drenagens na parte alta do bairro (Anel 1a)



18  
Latrina melhorada sem vedação (Anel 1c)



19  
Valas de drenagem com problemas de manutenção (Anel 1c e 1a)



ACTIVIDADES ECONÓMICAS DESENVOLVIDAS NO BAIRRO (ANÉIS Ia-c)

21



Agricultura na "zona verde", em frente a condomínios

22



Irrigação com água de vala de drenagem

23



Agricultura em quintal

24



Produção e venda de fogões a carvão

25



Carpintaria

26



Processamento de madeira

27



Comércio em *dumbanengue* ao longo da estrada

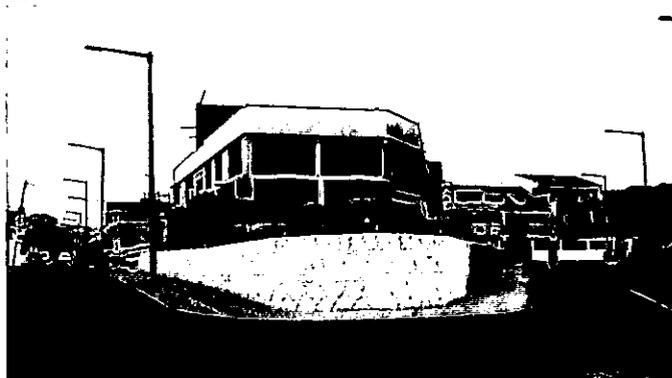
28



Estaleiro de blocos

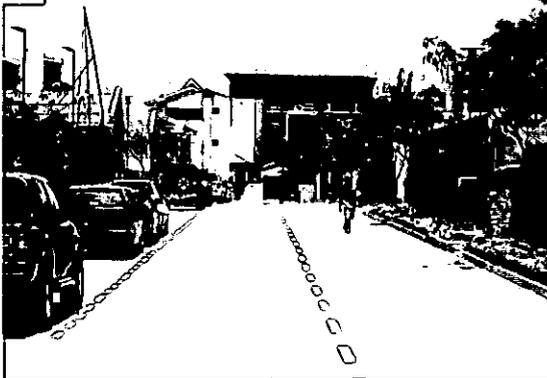
ÁREA DE ELITE E CONTRASTE

29



Supermercado em construção

30



Estrada de um dos condomínio

31



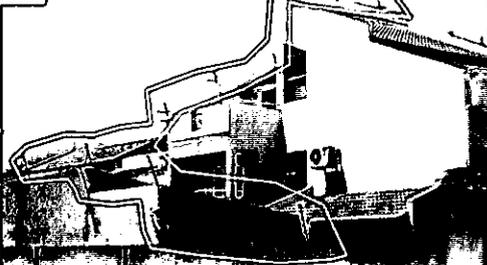
Poste de energia atravessando estrada

32



Vivenda de um dos condomínio

28



Vedação electrificada

33



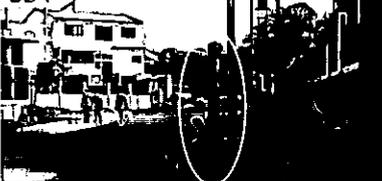
Rua interrompida

34



Vedação do Anel 3a

35



Vestígios do "Muro de Berlim"

36



Contraste visível na Rua para o Palmar

37



38



"Vizinhança entre betão e caniço"